

## **ATA GERAL DO 40º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS REALIZADO EM BRASÍLIA (DF) NOS DIAS 10, 11, 12 E 13 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Aos 10 dias de dezembro de 2025, em Brasília (DF), iniciaram-se as atividades do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

No período da tarde, antecedendo a instalação formal, delegações de diversas regiões do país uniram-se em um ato político em frente ao Anexo 2 da Câmara dos Deputados. A mobilização, inicialmente prevista na programação, tomou caráter de protesto urgente em repúdio aos episódios de violência contra profissionais da imprensa ocorridos na Casa Legislativa na noite anterior (09/12). Ao tentarem o ingresso pacífico no prédio, os jornalistas foram impedidos por ordem da presidência da Câmara, sob o comando do deputado Hugo Motta, que determinou o fechamento dos portões. Diante do cerceamento imposto pela Polícia Legislativa, a categoria manteve a firmeza e realizou o ato em frente ao Anexo, transformando a abertura do Congresso em uma contundente demonstração de resistência e unidade contra os ataques à democracia.

Após a atividade externa, os congressistas deslocaram-se para o auditório do Sebrae onde, às 17h, procedeu-se à instalação da primeira plenária deliberativa. Sob a coordenação da diretoria da FENAJ, o primeiro item da ordem do dia foi a eleição da Mesa Diretora para condução dos trabalhos de todo o Congresso. Por aclamação da maioria dos delegados e delegadas presentes, a Mesa foi eleita e empossada com a seguinte composição: Presidente: Rafael Mesquita (CE); Vice-Presidente: Riqueli Capitani (PR); Secretária-Geral: Fernanda Gama (BA); Secretários de Ata: Valério Paiva (SP) e Antonio Paulo (AM).

Após a posse da Mesa Diretora, a mesa submeteu à plenária a proposta do Regimento Interno do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas. O documento, que estabelece as normas para os debates, o direito à voz dos observadores e o rito de votação por maioria simples mediante o levantamento de crachás,

foi lido e discutido. Após as intervenções das delegações, o Regimento foi aprovado por maioria, definindo oficialmente os marcos legais e organizativos para todas as sessões subsequentes, ficando com a seguinte redação:

#### *40º Congresso Nacional dos Jornalistas Regimento Interno*

##### *Capítulo I – Do Congresso*

*Art. 1º – O 40º Congresso Nacional dos Jornalistas será pautado por este Regimento. A atividade é promovida pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), tendo como anfitrião o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Distrito Federal, e realiza-se nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro de 2025, em Brasília.*

*Parágrafo único: O 40º Congresso Nacional dos Jornalistas tem como tema central “OS DESAFIOS DO JORNALISMO: DE GUTENBERG À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL”*

*Art. 2º – São objetivos do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas:*

- O Congresso Nacional dos Jornalistas, como fórum maior de deliberação dos jornalistas, tem como objetivo geral fortalecer o Jornalismo e a profissão de jornalista no Brasil, discutindo seu papel na sociedade.*
- Analisar o cenário da comunicação social e do Jornalismo no Brasil e no mundo e apontar medidas a serem tomadas pelos jornalistas;*
- Debater o papel dos jornalistas para a realização do direito à informação, como direito essencial à constituição da cidadania;*
- Discutir a prática jornalística sob a perspectiva do Código de Ética do Jornalista Brasileiro;*
- Analisar as alterações no mundo do trabalho no Brasil e no mundo;*

- *Debater os problemas enfrentados pela categoria e a definir estratégias e ações para o enfrentamento e a superação dos problemas diagnosticados;*
- *Promover a qualificação profissional;*
- *Promover o intercâmbio entre profissionais e estudantes.*

## *Capítulo II – Da Participação*

*Art. 3º – Podem participar do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas:*

- a) Todos os Sindicatos filiados à FENAJ, por meio de delegações, desde que estejam quites com suas obrigações, conforme estabelecido no Artigo 8º do Estatuto da Federação;*
- b) Jornalistas profissionais, inscritos(as) na condição de Observadores(as);*
- c) Estudantes de Jornalismo ou de outros cursos universitários, inscritos na condição de Observadores(as);*
- d) Outros(as) profissionais, inscritos como Observadores(as);*
- e) Dirigentes sindicais de outras categorias profissionais, inscritos(as) como Observadores(as);*
- f) Palestrantes e convidados(as)*

*Parágrafo 1º – Cada Sindicato poderá se fazer representar por profissionais eleitos(as) delegados(as), com direito a voz e voto nas plenárias do Congresso, segundo os critérios de proporcionalidade estabelecidos no Artigo 11º do Estatuto da FENAJ, mais um(a) delegado (a) estudante (este ou esta apenas com direito a voz).*

*Parágrafo 2º – A eleição deverá ser comprovada por meio da entrega formal de cópias do comprovante de publicação do edital de convocação e ata da*

*assembleia/Congresso que elegeu a delegação, indicando expressamente integrantes titulares e eventuais suplentes.*

*Parágrafo 3º – Os(as) observadores (as) inscritos têm direito a voz.*

### *Capítulo III – Da Organização*

*Art. 4º – A programação do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas é a estabelecida pelos organizadores, podendo sofrer alterações de modo a garantir o bom andamento dos trabalhos.*

*Parágrafo 1º – Os trabalhos serão precedidos da discussão e aprovação do Regimento e eleição da Mesa Diretora, numa sessão instalada pela presidenta da FENAJ e pelo representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Distrito Federal no dia 10 de dezembro (quarta-feira), às 17h.*

*Parágrafo 2º – A solenidade de abertura do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas será realizada às 19h30 do dia 10 de dezembro.*

*Parágrafo 3º – A primeira sessão plenária será realizada no dia 11 de dezembro (quinta-feira), às 16h50.*

*Parágrafo 4º – A segunda sessão plenária será realizada no dia 12 de dezembro (sexta-feira), às 14h para debate e votação de moções apresentadas à Mesa Diretora e a “Carta do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas”.*

*Parágrafo 5º – A “Carta do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas” é uma manifestação política das e dos jornalistas, dirigida à categoria e à Nação, com base nas teses e nos debates do Congresso. Uma comissão de*

*delegados(as) composta por três membros, eleita no início dos trabalhos, no dia 10 de dezembro, é responsável por redigir o documento.*

*Parágrafo 6º – A programação do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas, bem como todas as atividades previstas, seguirá o roteiro definido pela organização do evento, o qual consta em anexo a este Regimento.*

#### *Capítulo IV – Das Deliberações/ Votações*

*Art. 5º – As plenárias deliberativas serão instaladas com qualquer número de delegados presentes e coordenadas pela Mesa Diretora.*

*Art. 6º – As plenárias debaterão as teses inscritas até o prazo limite de 21 de novembro definido pela organização do Congresso e disponibilizadas no Caderno de Teses, desde que haja a defesa do sindicato proponente.*

*Parágrafo único: As teses poderão ser aprovadas na íntegra, com emendas ou rejeitadas na íntegra, não sendo permitidas emendas que configurem, na prática, uma nova tese.*

*Art. 7º – Somente serão aceitas e colocadas em votação pela Mesa Diretora moções entregues até a abertura dos trabalhos da plenária final, com no máximo 1.400 caracteres e subscritas por pelo menos 10% dos(as) delegados(as). Proposições de moções podem apenas ser aprovadas ou rejeitadas após a leitura (não haverá defesa de moção).*

*Art. 8º – Caberá à Mesa Diretora a inscrição de delegados(as) e observadores(as) para participação nas plenárias, com direito a voz, limitadas ao número de cinco inscrições por tema em debate e pelo tempo de três minutos cada, para garantir a concretização dos trabalhos.*

*Parágrafo único: As inscrições para intervenções de delegados(as) e/ou observadores(as) serão a partir da entrega dos crachás à Mesa Diretora.*

*Art. 9º – Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem o voto da maioria simples dos(as) delegados(as) presentes à plenária de cada dia. No caso de empate, a Mesa Diretora autorizará mais um encaminhamento a favor e outro contra. Persistindo o empate na segunda votação, serão dados cinco minutos para elaboração de propostas e, em seguida, abre-se a mais um encaminhamento contra e outro a favor, procedendo-se nova votação. Persistindo o empate, a proposta será rejeitada.*

*Parágrafo único: As votações serão realizadas com os crachás levantados.*

#### *Capítulo V – Da Mesa Diretora*

*Art. 10 – A mesa diretora será constituída por um(a) presidente(a), um(a) vice- presidente(a), um(a) secretário(a) geral e dois secretários(as) de ata, todos(as) eleitos(as) entre os(as) delegados(as) do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas.*

*Parágrafo 1º – Compete à Mesa Diretora:*

- a) Dirigir as plenárias deliberativas diárias e preparar as respectivas atas;*
- b) Reunir-se diariamente para avaliar e sistematizar os trabalhos aprovados nas plenárias deliberativas;*
- c) Assinar os documentos aprovados pelas plenárias deliberativas e lhes dar a destinação adequada.*

*Parágrafo 2º – Compete ao(à) presidente(a) da mesa diretora dirigir os trabalhos, submetendo ao voto do plenário as questões sobre as quais há diferentes propostas – tanto as resoluções, quanto as questões de ordem e encaminhamento.*

*Art. 11 – Os casos omissos neste Regimento serão decididos pela Mesa Diretora, com recurso ao plenário.*

## *Programação*

*Primeiro Dia – Quarta-feira (10/12) 14h – Ato no Congresso Nacional*

*16h30 – Abertura do credenciamento no local do evento e café de boas-vindas*

*17h às 18h30 – Aprovação do Regimento Interno*

*18h30 – Solenidade de abertura*

*20h – Conferência magna: Os desafios do Jornalismo: de Gutenberg à Inteligência Artificial*

*Conferencista: Bem-Hur Correia, repórter do Grupo Globo e pesquisador do Centro de Estratégias e Inovação da Coppead/UFRJ*

*Segundo Dia – Quinta-feira (11/12)*

*9h – Audiência Pública no Senado. Tema: “Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil” e lançamento do Relatório da Violência no Senado*

*12h – Intervalo de Almoço*

*14h – Painel 1 – A atuação dos jornalistas contra o fascismo e a extrema direita*

*a) Jornalismo investigativo x jornalismo declaratório – Juliana Dal Piva, repórter do ICL*

*b) Lei de Acesso à Informação – Katia Brembatti, presidente da Abraji*

*c) Como defender a democracia – Pedro Rafael Vilela, repórter da Agência Brasil e integrante do Sindicato dos Jornalistas do DF*

*15h30 – Painel 2 – Quais os caminhos possíveis para a sustentabilidade do Jornalismo?*

- a) *Taxação das big techs e fundo público – Samira de Castro, presidenta da FENAJ e integrante do Comitê Executivo do Conselho de Gênero da FIJ*
- b) *Quais os projetos do Governo? – João Brant, secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República*
- c) *Barganha direta, direito autoral: o que tem tração na Câmara dos Deputados? – Orlando Silva, deputado federal pelo PCdoB/SP*

*16h30 – Intervalo e café da tarde*

*16h50 às 18h – Plenária*

*Terceiro Dia – Sexta-feira (12/12)*

*9h – Painel 3 – PJ, MEI ou CLT: quem te defende somos nós!*

- a) *Quem é, onde vive, quanto ganha o jornalista brasileiro – Fernanda Gama, secretária de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral da FENAJ e presidente do Sindicato dos Jornalistas da Bahia (Sinjorba) Lançamento da Campanha Salarial Nacional Unificada dos Jornalistas 2026*
- b) *Afinal, quando o MEI/PJ é fraude trabalhista?*

*10h40 – Intervalo para água e café*

*11h – Painel 4 – A IA vai roubar nossos empregos?*

- a) *O que está em jogo na regulação da IA – Luizianne Lins, jornalista e professora, deputada federal pelo PT/CE*
- b) *Princípios éticos para uso da IA em redações e assessorias – Jacks Andrade, professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá*
- c) *Como mitigar os impactos da IA no mercado de trabalho – Atahualpa Blanchet, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP*

*12h30 – Almoço*

*14h – Plenária Final*

*16h30 – Café da tarde*

*19h – Solenidade de posse da nova diretoria da FENAJ*

*20h – Coquetel*

*Quarto Dia – Sábado (13/12)*

*9h às 11h – Oficinas (4 oficinas sendo 2 a duas simultâneas)*

*1 – Uso da IA como ferramenta (e não substituta de mão de obra) – Gabriela de Paula, jornalista especializada em futuro e vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas da Bahia*

*2 – Segurança Digital para Jornalistas – Pedro Diogo Carvalho Monteiro, Coordenador da Pesquisa em Vigilância e Novas Tecnologias no Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN)*

*3 – Jornalismo de dados: algoritmos de buscas, banco de dados, IA e ferramentas – Paulo Rebêlo, jornalista, escritor e fotógrafo; especialista em Tecnologia da Informação*

*4 – Podcast: do roteiro à edição – Taíssa Dias, jornalista e cofundadora da produtora de podcasts Bamm Midia*

*11h20 às 12h – Rodas de Conversa*

*Roda de Conversa “Ética, comunicação e saúde pública”*

Às 19h30, teve início a solenidade oficial de abertura do Congresso, com a presença de autoridades e representantes das entidades apoiadoras. Na sequência, às 20h, foi realizada a Conferência Magna intitulada “Os Desafios do Jornalismo: de Gutenberg à Inteligência Artificial”. O conferencista Bem-Hur Correia, repórter do Grupo Globo e pesquisador do Centro de Estratégias e Inovação da Coppead/UFRJ, discorreu sobre a evolução técnica da profissão e os impactos estruturais da IA. Em sua fala, destacou que a tecnologia deve ser pautada pelo interesse público e pela ética jornalística, alertando que o domínio dessas ferramentas pela categoria é essencial para

combater a precarização e garantir a qualidade da informação. A sessão foi encerrada às 21h com um coquetel de abertura.

Os trabalhos do segundo dia de congresso iniciaram-se às 9h com uma Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, convocada pelo senador Paulo Paim (PT/RS). A sessão, marcada pela presença massiva de jornalistas, focou no cenário de insegurança e violência contra a profissão. A presidenta da FENAJ, Samira de Castro, exigiu respostas sobre a agressão ocorrida no dia 09/12 na Câmara dos Deputados e apresentou o Relatório de Violência de 2024, que registrou 144 ataques, ressaltando que 40% dos agressores são agentes políticos.

O debate contou com intervenções de Octávio Costa (ABI), que anunciou representação na PGR contra a presidência da Câmara por crime de responsabilidade; Katia Brembatti (Abraji), que alertou para o impacto social da violência sobre jovens profissionais; e Bia Barbosa (RSF), que contextualizou a naturalização do cerceamento da atividade jornalística no Brasil. Também prestaram depoimentos a comunicadora popular Renata Parreira, focando na violência contra jornalistas negros, e a jornalista Soane Guerreiro, vítima direta das agressões na Câmara.

Atividades Vespertinas – Painéis 1 e 2: No período da tarde, os congressistas retornaram ao auditório do Sebrae para a realização dos painéis temáticos:

- Painel 1 – Atuação contra o fascismo e a extrema direita: Mediado por Alexandre Lino (AL), contou com Juliana Dal Piva (ICL), que relatou os ataques sofridos em suas investigações e a importância da rede de apoio coletivo; Kátia Brembatti (Abraji), que defendeu a Lei de Acesso à Informação (LAI) como pilar da transparência; e Pedro Rafael Vilela (EBC/Sindicato-DF), que denunciou o histórico de censura e o desmonte da comunicação pública.
- Painel 2 – Sustentabilidade do Jornalismo: A mesa reuniu Nina Santos (Secom/PR), que detalhou projetos de incubadoras para soluções jornalísticas; o deputado federal Orlando Silva (PCdoB/SP), que

defendeu a taxação das *big techs* e a remuneração por direitos autorais, alertando para os desafios legislativos na Câmara; e Samira de Castro (FENAJ), que vinculou a sustentabilidade da profissão à própria manutenção da democracia e à valorização do diploma.

Primeira Plenária Deliberativa: Das 16h50 às 18h, foi instalada a primeira plenária deliberativa do Congresso, voltada para os debates iniciais sobre o Caderno de Teses e a organização das votações subsequentes.

Os trabalhos do terceiro dia iniciaram-se às 9h com debates focados na sobrevivência econômica e nos desafios tecnológicos da categoria:

- Painel 3 – PJ, MEI ou CLT: quem te defende somos nós!: A mesa contou com a advogada Maria Luiza Pimentel e Fernanda Gama (FENAJ/Sinjoba). O debate expôs a gravidade da "pejotização" como fraude trabalhista e a precarização dos vínculos de emprego. Durante o painel, foi lançada oficialmente a Campanha Salarial Nacional Unificada dos Jornalistas 2026, com o mote: *"A notícia vale. Quem produz, também – chega de precarização no jornalismo"*.
- Painel 4 – A IA vai roubar nossos empregos?: Este painel aprofundou as discussões sobre o tema central do Congresso. Atahualpa Blanchet (USP), Deisy Feitosa (SJPDF), Jacks Andrade (UNIFAP) e a deputada federal Luizianne Lins discutiram a necessidade de regulação das IAs generativas, defendendo a transparência algorítmica e a proteção contra o uso da tecnologia para a substituição de mão de obra humana.

No período da tarde, a partir das 14h, a Mesa Diretora instalou a Plenária Final para apreciação do Caderno de Teses e Moções. Seguindo o que determina o Artigo 19 do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, delegações representantes de Sindicatos de Jornalistas apresentaram proposta para revisão do presente Código, com encaminhamento de que seria debatida exclusivamente mudanças no Artigo 7, parágrafo I.

Com o acolhimento por parte da Mesa Diretora por respeitar as condições previstas no Artigo 19 do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros,

seguiu-se o rito regimental, em que os documentos congressuais foram debatidos e submetidos ao voto por maioria simples:

Foram aprovadas as 4 Teses-Guia, todas com emendas em relação ao texto original, e as Teses Avulsas 5, 9, 10, 11, 12 e 13. O plenário apreciou e aprovou 15 Moções. Em relação à revisão do Artigo 7, parágrafo I, do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, foi debatida e aprovada nova redação, que segue:

*Art. 7º O jornalista não pode:*

*I – aceitar ou oferecer trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial, a carga horária legal ou tabela fixada por sua entidade de classe em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, nem contribuir ativa ou passivamente para a precarização das condições de trabalho;*

Como ato final das deliberações, foi lida e aprovada integralmente a Carta de Brasília, documento político que sintetiza a agenda de lutas da categoria, com ênfase na defesa da democracia e no controle ético sobre as novas tecnologias.

Às 19h, após o encerramento dos trabalhos deliberativos, ocorreu a solenidade oficial de posse da Nova Diretoria da FENAJ para o triênio 2025-2028. Embora os diretores e diretoras já tivessem sido empossados administrativamente em agosto de forma online, a cerimônia marcou a posse política perante a categoria reunida no 40º Congresso. A nova gestão reafirmou o compromisso de aplicar na prática as diretrizes aprovadas durante o evento.

O último dia do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas foi dedicado à qualificação profissional e ao aprofundamento prático dos temas debatidos nos dias anteriores. Entre 9h e 11h, foram realizadas quatro oficinas simultâneas, que contaram com a participação ativa de delegados(as), observadores(as) e estudantes:

1. Uso da IA como ferramenta: Ministrada por Gabriela de Paula (Bahia), a oficina focou em como integrar a inteligência artificial à rotina jornalística para ganho de produtividade sem comprometer a ética ou substituir o trabalho humano.
2. Segurança Digital para Jornalistas: Conduzida por Pedro Diogo Carvalho Monteiro (LAPIN), abordou técnicas de proteção de dados, comunicação criptografada e defesa contra vigilância digital.
3. Jornalismo de Dados: O especialista Paulo Rebêlo demonstrou o uso de algoritmos de busca, bancos de dados e ferramentas de IA para a construção de pautas investigativas e visualização de informações complexas.
4. Podcast – do roteiro à edição: Ministrada por Taíssa Dias (Bamm Mídia), a atividade explorou as etapas de produção de conteúdo em áudio, desde a estruturação narrativa até a finalização técnica.

Rodas de Conversa e Encerramento: Às 11h20, realizaram-se rodas de conversa, com destaque para o tema “Ética, comunicação e saúde pública”, onde se debateu a responsabilidade jornalística na cobertura de crises sanitárias.

Nada mais havendo a tratar, a Mesa Diretora deu por encerrados os trabalhos do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas às 13h do dia 13 de dezembro de 2025. O Congresso reafirmou a unidade da categoria e a prontidão da FENAJ para os desafios do próximo triênio.

## **Teses aprovadas:**

### **TESE Nº 1**

**Tipo:** Tese-Guia da FENAJ

**Título:** LUTAR PELOS DIREITOS DA CATEGORIA NO BRASIL E NO MUNDO **Proponente:** Diretoria da FENAJ

#### **Justificativa**

Nossa categoria vive, no Brasil e no mundo, momentos difíceis. A começar pela própria natureza da nossa profissão, que tem o dever de reportar uma conjuntura marcada por conflitos em escala global, desastres ambientais e avanço de projetos autoritários e obscurantistas. Como se isso não bastasse, realizamos nosso trabalho em meio a uma crise estrutural que impacta a indústria nacional da comunicação. Para manter a acumulação do capital, donos dos veículos jornalísticos respondem às quedas de faturamento com demissões em massa, precarização e aumento da exploração do trabalho da nossa categoria. A isso, a FENAJ e seus 31 sindicatos filiados resistem e lutam de maneira obstinada nos últimos anos, com o apoio da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ).

As grandes plataformas digitais, conhecidas como *big techs*, têm relação intrínseca não apenas com a crise da nossa profissão, mas também com as questões que ameaçam a humanidade. O modelo predatório dessas empresas, sediadas principalmente nos Estados Unidos, se apropria do trabalho jornalístico sem contrapartidas. Para ampliar suas receitas, priorizam conteúdos “engajadores” e espalham despudoradamente informações falsas, sensacionalistas e promotoras de ódio. As big techs não aceitam ser regulamentadas por legislações nacionais locais, pairando como entidades supranacionais que ameaçam a democracia e a soberania.

Para garantirem sua acumulação voraz e irracionalmente hiperbólica (vide as projeções de que, nos próximos anos, existirão fortunas pessoais avaliadas em trilhões de dólares!), as big techs contam com proteção e apoio de Donald

Trump, que capitaneia em escala global o projeto da extrema-direita neofascista que não disfarça sua intenção de demolir a democracia liberal e atacar direitos sociais e das classes trabalhadoras onde quer que eles existam.

Os sorrisos dos bilionários donos das grandes plataformas enfileirados em destaque para a posse presidencial de Donald Trump, em janeiro deste ano, sintetizam a desfaçatez do imperialismo norte-americano: embora convivendo com enormes contradições internas e com sua hegemonia declinante frente ao fortalecimento de arranjos multipolares e de um competidor econômico à altura, como a China, os Estados Unidos ainda tentam subjugar os países com a força das armas, da tecnologia bélica e do poder econômico que lhe resta. Apesar de sua decadência, os EUA ainda dispõem do maior poderio militar do mundo, e usam dele para tentar reverter sua situação desfavorável, como fazem agora ao ameaçar atacar a Venezuela, país que possui as maiores reservas de petróleo do planeta, usando como subterfúgio as acusações de “narcoterrorismo”.

Não por acaso, vivemos um mundo de conflitos e de barbárie. A História lembrará com infâmia e horror o genocídio perpetrado pelo Estado de Israel contra o povo palestino, projeto em vigor há mais de sete décadas e que se agudizou desde outubro de 2023, assassinando em escala industrial a população civil, notadamente mulheres e crianças. As forças israelenses são responsáveis por crimes hediondos em sequência e realizaram o maior massacre de profissionais de imprensa que já ocorreu em todos os tempos: mais de 250 jornalistas palestinos foram assassinados, a maior parte deles de maneira deliberada e planejada. Como jornalistas, não podemos esquecer jamais das imagens de pesadelo registradas de maneira corajosa por nossos colegas que tombaram exercendo a profissão. Para eles, a honra eterna! Por uma Palestina livre, do rio ao mar!

As máquinas de guerra que assassinam inocentes também têm as digitais das *big techs*, que agora desenvolvem enormes computadores e servidores para armazenar e processar dados para desenvolver a chamada “Inteligência Artificial”, que já é empregada por Estados como um recurso estratégico

militar. Apesar da promessa, ou ameaça, de que tais tecnologias serão responsáveis por substituir o trabalho humano em muitas tarefas, até o momento isso não se confirmou inteiramente. Seu impacto mais evidente se dá em outra perspectiva: para que essas máquinas possam operar, há a necessidade de uma enorme utilização de energia elétrica e de abundantes quantidades de água para resfriamento dos centros de dados — os chamados data centers. Em outras palavras, as empresas tecnológicas também passaram a ter, em escala mundial, uma grande parcela de responsabilidade direta pelo consumo exagerado e esgotamento de recursos hídricos e energéticos que deverá intensificar a crise climática que ameaça o futuro da humanidade.

Nós, jornalistas, sabemos que nosso trabalho é insubstituível. Máquinas não podem fazer o que está na essência de nossa profissão: não conseguem apurar, não podem manter relações pessoais com base em sigilo de fonte (garantia constitucional do jornalismo), não são empáticas e são incapazes de encontrar histórias a partir do contato e do olhar humano. O papel de levar a informação de relevante interesse público, capaz de produzir cidadania, é um dever nosso. Por isso, reafirmamos a responsabilidade por tudo o que produzimos no nosso exercício profissional cotidiano.

Felizmente, presenciamos nos últimos anos o protagonismo de parte da categoria nas mobilizações organizadas por seus sindicatos em diferentes regiões do país. Apesar das enormes dificuldades estruturais das entidades, os nossos sindicatos têm dado respostas concretas, obtendo vitórias para a categoria, sob a orientação da FENAJ, e participado das lutas gerais da classe trabalhadora no Brasil.

É exatamente a luta por soberania e por pautas de interesse do povo brasileiro, como a taxaçoão dos super ricos, o fim da escala 6 por 1 e hoje, a conquista da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a derrota da PEC da Blindagem, que neste momento dão novo alento e fôlego às lutas populares em nosso país. Mantendo nossa independência de classe — frente a partidos, a governos e a organizações patronais — nossas entidades não tiveram a mínima hesitação ao apoiar de maneira aguerrida a

vitória do presidente Lula em 2022, derrotando o projeto autoritário e obscurantista do neofascista Jair Bolsonaro, agressor contumaz e documentado de nossa categoria.

Ajudamos a conquistar os avanços que levaram o STF, pela primeira vez na história, a condenar parte da cúpula militar pela tentativa de golpe de Estado. Isso atualiza a luta pelo fim do artigo 142 da Constituição, usado para legitimar a tentativa de tutela militar sobre a sociedade civil, o que só pode ser feito por uma reforma política verdadeiramente democrática e soberana, na qual prevaleçam a voz e os interesses das amplas maiorias nacionais.

Por outro lado, reconhecendo a importância da defesa da democracia e de conquistas em favor do povo brasileiro, a FENAJ e nossas entidades sindicais não fechamos os olhos para as contradições deste governo Lula, que podem ser exemplificadas nos tímidos avanços na comunicação pública a partir da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). É por isso que, com eleições que se avizinham em 2026, devemos ampliar o protagonismo popular e de luta para garantir que o Congresso Nacional, o governo federal, os governos estaduais e as assembleias legislativas, de fato, atendam os interesses nacionais e da classe trabalhadora brasileira.

Quanto aos golpistas do passado e do presente, trabalharemos e lutaremos para que todos sejam devidamente punidos, na forma da lei. Há que anular o dispositivo da Lei da Anistia de 1979 que concede impunidade a assassinos e torturadores, militares e civis, que agiram a serviço da Ditadura Militar. Mais do que denominar um movimento, “Memória, verdade, justiça!” permanecem sendo palavras de ordem fundamentais. Pela primeira vez na história, generais e coronéis envolvidos no golpe frustrado de 2022-2023 foram levados ao banco dos réus e condenados. Ainda que a passos lentos, começamos a ajustar contas com nosso próprio passado, marcado por golpes, violência e pelo ódio da classe dominante às trabalhadoras e trabalhadores que ousam construir uma nova realidade. Reafirmamos a força contida na máxima expressão de que apenas a luta, de forma organizada, muda a vida para melhor e de que a democratização dos meios de comunicação se constitui como fundamento na construção de uma sociedade

democrática. O futuro é nosso, dos trabalhadores e trabalhadoras que produzem todas as riquezas do mundo!

## **PROPOSTAS PARA O PLANO DE LUTAS**

**1 – Fortalecer a FENAJ e os Sindicatos para lutar pela valorização da categoria:** É preciso ampliar a mobilização da categoria, promover campanhas salariais combativas e em âmbito nacional e unificado. Devemos ter papel protagonista na luta contra a pejetização e todas as maneiras de precarização da nossa profissão e de seus trabalhadores e suas trabalhadoras. Lutar pela representação nacional da FENAJ participação nas negociações salariais, quando acionada pelo sindicato, com vistas à unificação da data base. Dar destaque à importante campanha a favor da classe trabalhadora brasileira. Temos de lembrar que jornalistas também têm, na base de seu sistema de trabalho, a jornada 6 por 1 – ou seja, 5 horas de segunda a sábado (podendo crescer para 7), mesmo se as empresas alteram isso para organizar as escalas de final de semana. Quando parte das empresas organiza a jornada de segunda a sexta (sem final de semana), amplia a duração, distribuindo as horas de trabalho previstas para o sábado pelos dias da semana. Assim, a luta contra a jornada 6 por 1 é a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, por mais tempo de descanso e lazer.

**2 – Defender a democracia, os direitos do povo brasileiro:** A luta da categoria passa pela defesa da soberania nacional e por um país verdadeiramente comprometido com os interesses da classe trabalhadora, combatendo o golpismo, o autoritarismo e o obscurantismo. Mantendo nossa independência de todos os governos, devemos lutar contra o oligopólio dos meios de comunicação de massa, que é ilegal perante a Constituição Federal.

**3 – Contra a jornada 6 por 1 e pela redução da jornada de trabalho:** As e os jornalistas se somam à campanha nacional contra a jornada 6 por 1, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário.

**4 – Defender o sistema público de comunicação:** Mantendo nossa independência de todos os governos, devemos ter protagonismo na defesa e

ampliação do sistema público de comunicação, com a reconstrução da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a manutenção das emissoras públicas estaduais de Rádio e TV, além de lutar pela democratização dos meios de comunicação e a regulação das plataformas digitais. Para fortalecer a comunicação pública, é fundamental defender a revogação do Arcabouço Fiscal, que impede os investimentos públicos e corrói o financiamento de todas as políticas públicas do país, incluindo as políticas de comunicação pública. Devemos ainda exigir a regulamentação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, conforme determina o artigo 32 da Lei 11.652, para financiamento seguro e perene da EBC que seja capaz de garantir sua autonomia editorial em relação ao Poder Executivo.

**5 – Enfrentar a violência e o autoritarismo contra jornalistas:** Exigir do Estado brasileiro políticas permanentes de proteção a jornalistas, com protocolos de atuação articulados entre os ministérios dos Direitos Humanos, Igualdade Racial, Mulheres, Justiça e Comunicação. Promover a responsabilização de agressores e agentes públicos que atentem contra o livre exercício do jornalismo. Importante lembrar que as empresas são responsáveis pelos seus funcionários jornalistas e a eles devem dar todas as garantias como equipamento de segurança individual e coletivo, orientações sobre como se portar em situações de risco e garantir acompanhamento jurídico quando necessário. Havendo, inclusive, situações em que o profissional não deve ser exposto, com o direito de se recusar a exercer seu trabalho em situações de risco. Fortalecer o monitoramento e a divulgação anual do Relatório da Violência contra Jornalistas, como instrumento de denúncia e mobilização, assim como fortalecer redes populares e coletivas, como a Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores. Ampliar a articulação com o Congresso Nacional para institucionalizar uma agenda legislativa de defesa de um Jornalismo ético, de qualidade e socialmente responsável.

**6 – Formular princípios críticos e éticos para uso de “IA” em redações e assessorias, com base nos valores do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros:** A FENAJ deve instituir um Grupo de Trabalho, com a

participação dos Sindicatos, para se debruçar criticamente sobre o tema. Promover formações sindicais e oficinas de qualificação que combatam o uso inadequado da IA no jornalismo e busquem impedir a redução de postos de trabalho, a fim de reforçar que o trabalho do profissional jornalista não seja substituído por nenhuma LLM (Large Language Model). Essas plataformas devem ser utilizadas de forma ética e subordinada ao trabalho profissional humano, processo no qual a atividade profissional do jornalista é fundamental.

**7 – Neste ano em que o Brasil sedia a COP 30, a FENAJ defende a necessidade de se reforçar toda e qualquer medida de combate a agressões ambientais que venham a agravar a crise climática.**

**8 – Realizar um seminário com a participação da Comissão Nacional de Ética e das comissões regionais, como preparação para um Congresso Extraordinário de Ética, com o objetivo de atualizar o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.**

**9 – Lutar pela realização de uma nova Conferência Nacional de Comunicação.**

**10 – Ampliar a solidariedade internacional da categoria:** A partir do fortalecimento de nossa atuação na Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), na Federação de Jornalistas da América Latina e Caribe (FEPALC) e na Federação Latino-americana de Jornalistas (FELAP), devemos ampliar nossa participação nas lutas de interesse de jornalistas em todo o planeta. Lutaremos contra os projetos autoritários e da extrema-direita, como os de Javier Milei na Argentina, Donald Trump nos Estados Unidos, Benjamin Netanyahu em Israel, entre outros, que tentam destruir a comunicação pública local; denunciaremos a violência cometida contra a imprensa nesses locais. Seguiremos denunciando os crimes cometidos contra a atuação jornalística e o assassinato deliberado de profissionais de imprensa na Palestina, para que Israel seja julgado e condenado por seus crimes contra a humanidade. Condenamos a escalada bélica na América Latina que o presidente dos EUA, Donald Trump, promove contra a América Latina, ao deslocar para o Caribe

um grande contingente de forças armadas e multiplicar provocações contra os governos da Venezuela, Colômbia, México e Cuba – é uma violação cada vez mais aberta à soberania dos países latino-americanos.

**11 – Pela Ruptura de Relações do Brasil com o Estado de Israel:** Diante do genocídio realizado pelo Estado de Israel contra a população palestina, nos últimos dois anos, e que causam horror no mundo inteiro, a FENAJ se soma às entidades da sociedade civil que se dirigem ao governo brasileiro exigindo a ruptura de relação do Brasil com o Estado de Israel. Esta é a forma de demonstrar, na prática, que condenamos as violências em curso e atuamos para isolar e enfraquecer o Estado que as comete. Decidimos enviar essa nossa posição também à Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), para que a divulgue, bem como ao Sindicato dos Jornalistas Palestinos, que já perdeu mais de 250 profissionais assassinados pelo exército sionista.

## **TESE Nº 2**

**Tipo:** Tese-Guia da FENAJ

**Título:** JORNALISTAS EM LUTA: POR SALÁRIOS, DIREITOS E SOBERANIA DIGITAL E TECNOLÓGICA!

**Proponente:** Diretoria da FENAJ

### **Justificativa**

Sediadas principalmente nos Estados Unidos, as grandes empresas de tecnologia (conhecidas como *big techs*) impactaram estruturalmente o modelo tradicional das empresas de comunicação, deslocando o centro de poder econômico das empresas jornalísticas para plataformas digitais que não

produzem conteúdo, mas se apropriam de sua circulação e monetização. Ao intermediar a relação entre público e notícia, essas corporações concentraram receitas publicitárias, dados e audiência, impondo às redações das empresas de mídia um novo regime de dependência tecnológica e financeira.

Pressionados pela queda das receitas publicitárias, responsáveis por sustentar durante décadas os grandes lucros dos donos dos meios de comunicação, os patrões tratam de garantir sua acumulação por meio da intensificação da exploração e precarização de nossa categoria, com demissões em massa, pejetização, salários achatados e uma lógica produtiva guiada por algoritmos e métricas de engajamento em detrimento do interesse público.

Diante disso, nós, jornalistas, necessitamos nos organizar a partir de nossas entidades sindicais de maneira coletiva para não apenas resistir à crise, mas avançar na luta por valorização de uma profissão que se mantém essencial para uma sociedade democrática, justa e apoiada na livre circulação de informações e a qualificação do debate público. Devemos, portanto, agir politicamente pela regulação das plataformas digitais, reduzindo a captura massiva, processamento e refinamento de dados pessoais, e readequando a Inteligência Artificial para propósitos de interesse humano.

Entendemos que o desenvolvimento tecnológico deve estar necessariamente a serviço do progresso coletivo, de forma igualitária e sem intensificar as explorações humanas. Na atual conjuntura, entretanto, o que constatamos é o oposto: poucos bilionários com fortunas obscenas utilizam todas as armas possíveis para concentrar capital, aumentando a desigualdade e a destruição de vínculos coletivos, sem contar os impactos ambientais. Neste contexto, os jornalistas brasileiros se somam às categorias que questionam o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center (REDATA). Trata-se de um modelo de colonialismo digital que repassa nosso território para a instalação de infraestrutura para grandes plataformas estrangeiras, com benefícios fiscais expressivos e reduzidas contrapartidas. Como empresas de alto consumo de energia e água, é inaceitável que estejam desobrigadas de

relatórios de impacto ambiental, inclusive com a cessão escandalosa de terras próximas a áreas indígenas, como no caso dos Anacés (CE) e da aldeia Mbya-Guarani (RS).

Defendemos a soberania nacional e digital e o alinhamento ao compromisso climático brasileiro, que precisam de ações concretas. É urgente garantir que o poderio das plataformas tenha contrapartidas legais, com remuneração pelo uso de conteúdo jornalístico, reconhecendo o valor do trabalho intelectual das e dos jornalistas como verdadeiro bem público. Reafirmamos a centralidade do projeto da FENAJ (2021) para a tributação das *big techs* via CIDE, com receitas destinadas ao Funajor, garantindo pluralismo, diversidade e independência para nossa categoria.

### **PROPOSTAS PARA O PLANO DE LUTAS:**

1 – Lutar pela regulação das big techs e da Inteligência Artificial: A FENAJ deve coordenar em âmbito nacional os esforços para a aprovação política de marcos legais que obriguem as plataformas digitais a remunerar o uso de conteúdo jornalístico, reconhecendo o valor intelectual e social do trabalho da categoria. É preciso, ainda, combater a manipulação dos algoritmos de redes sociais e ferramentas de pesquisa, que, por um lado, favorecem a disseminação de desinformação e discurso de ódio, e, por outro, ameaçam a sustentabilidade da imprensa como um todo, controlando os meios pelos quais o conteúdo chega ao público, de forma que prejudica até mesmo grandes veículos, mas, principalmente, e de maneira desproporcional, publicações independentes. Em relação à Inteligência Artificial, é necessária a imediata transparência no uso de dados, remuneração pelo conteúdo jornalístico, combatendo a apropriação indevida e predatória da produção intelectual das e dos jornalistas, respeitando direitos autorais e trabalhistas. Que o uso das tecnologias de Inteligência Artificial nas redações e nos processos de construção de conteúdos tenham sempre supervisão de jornalistas no seu processo de elaboração e revisão. Importante destacar que a tecnologia não deve substituir a mão-de-obra profissional.

2 – Criar mecanismo de proteção de demissões em massa por uso de Inteligência Artificial dentro das convenções coletivas: Pesquisa da Wan-Infra (World Association of News Publishers) mostra que quase metade das redações no mundo já utilizam Inteligência Artificial (IA). Cabe à FENAJ e aos sindicatos associados realizar uma pesquisa nacional na categoria para entender a extensão do uso de IA como instrumento técnico nas redações brasileiras e de que forma ela tem sido utilizada para suprimir postos de trabalho e etapas, como: pesquisa, revisão e criação de textos. A convenção coletiva deve prever que todo uso de IA para fins jornalísticos deve ser necessariamente submetido à avaliação e supervisão de jornalistas profissionais. Cabe à FENAJ acompanhar de perto as discussões que ocorrem no âmbito do PL 2.338/2023, de autoria de Rodrigo Pacheco (PSD), que dispõe sobre a implementação de Inteligência Artificial no Brasil. Toda discussão de regulação de IA precisa ter contornos de regulamentação pensada para respeitar a legislação trabalhista vigente.

3 – Lutar pela regulação da Inteligência Artificial: É necessária a imediata articulação da FENAJ com o Congresso Nacional visando a transparência no uso de dados, remuneração pelo conteúdo jornalístico, combatendo a apropriação indevida e predatória da produção intelectual dos e das jornalistas, respeitando direitos autorais e trabalhistas. Essa articulação com o Congresso Nacional deve ser necessariamente precedida pela formação do Grupo de Trabalho (GT) referido na Proposta 5 da Tese "Lutar pelos direitos da categoria no Brasil e no Mundo".

4 – Defender a soberania digital e tecnológica com justiça social: Lutar pela construção de um projeto nacional de autodeterminação e soberania digital baseado em infraestrutura pública, controle social e transparência algorítmica. Não é possível criar infraestrutura digital soberana no país sem forte investimento público. O Arcabouço Fiscal impede qualquer projeto de soberania digital no Brasil e deve ser derrotado. Lutar pela proteção dos dados pessoais, pelo acesso democrático à informação e pela educação midiática da população, garantindo que o avanço tecnológico esteja a serviço

do desenvolvimento humano, e não da acumulação de capital para bilionários e devastação ambiental.

5 – Efetivar o projeto da FENAJ pela CIDE das big techs e pelo Funajor e fortalecer redes de jornalismo independente: Mobilizar a categoria e as entidades sindicais em defesa da criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre as grandes plataformas digitais, com recursos destinados ao Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo (Funajor). Essa política pública deve assegurar financiamento permanente, plural, bem distribuído e de gestão transparente para o jornalismo de interesse público, fortalecendo a diversidade regional e a independência editorial, ajudando a combater os desertos de notícia espalhados pelo país. Incentivar iniciativas em rede que buscam fortalecer o jornalismo independente, em especial aquelas que procuram fomentar o jornalismo hiperlocal e a mídia especializada em nichos. Além disso, damos também apoio incondicional a projetos que obriguem as plataformas digitais a remunerar a utilização de trabalho jornalístico – rejeitando a atual apropriação gratuita do trabalho alheio pelas big techs –, sempre destacando nossa posição de remuneração direta também aos profissionais, mesmo quando assalariados de empresas jornalísticas.

### **TESE Nº 3**

**Título:** ORGANIZAR PARA AVANÇAR: FORTALECER O JORNALISMO E COMBATER A PRECARIZAÇÃO!

**Proponente:** Diretoria da FENAJ

### **JUSTIFICATIVA**

Como jornalistas profissionais, trabalhadores assalariados, um dos maiores desafios que enfrentamos é o de fortalecer a organização sindical para buscar e conquistar melhores condições de trabalho. É o desafio do conjunto da

classe trabalhadora brasileira. Temos como trunfo a ampla unidade nacional das entidades sindicais dos jornalistas, construída há décadas. E podemos observar exemplos positivos de fortalecimento da sindicalização, ou seja, da decisão dos trabalhadores de sustentar suas entidades, e de renovação e rejuvenescimento das direções sindicais, as quais **mantêm** os princípios e as batalhas herdadas de gerações anteriores e buscam ampliar a representação coletiva e democrática. São itens importantes de fortalecimento da nossa capacidade de mobilização nos quais precisaremos investir para enfrentar pontos nevrálgicos da vida dos jornalistas hoje.

Entre eles, a tendência exponencial de uso da pejetização como instrumento para fraudar o vínculo trabalhista. Nossa categoria já sofre há décadas com as fraudes impostas por patrões que exigem que o contrato de trabalho seja realizado entre duas pessoas jurídicas mesmo quando há relação de subordinação, habitualidade, pessoalidade e remuneração. É a realidade, por exemplo, da maioria dos repórteres fotográficos. A prática vem se generalizando e serve, via de regra, para que os empregadores desrespeitem pisos, jornadas e direitos trabalhistas. Mesmo nos locais em que os patrões tentam mimetizar as condições gerais dos trabalhadores (como, por exemplo, a faixa remuneratória ou um 13º pagamento), os jornalistas não têm FGTS ou previdência social.

É pela compreensão de que a pejetização, enquanto fraude, tem o objetivo de negar direitos remuneratórios ou trabalhistas, que a FENAJ deve seguir atuando frente ao julgamento do tema no Supremo Tribunal Federal (STF), o qual, a depender do resultado, vai promover uma catástrofe sem precedentes nas relações trabalhistas brasileiras. Neste tema, a FENAJ seguirá atuando politicamente e como *amicus curiae*. Além disso, precisamos orientar os sindicatos a adotarem todas as medidas necessárias para combater as fraudes em cada local de trabalho, seja com medidas sindicais, pedidos de fiscalização ou ações jurídicas — inclusive nas terceirizadas do serviço público.

Seja como PJ, "autônomo" ou "frila fixo", todo(a) e qualquer jornalista tem o direito de se sindicalizar, e o Sindicato irá exercer a seu favor o direito de

organização e representação sindical e política. Um dos efeitos nocivos da pejetização é que o profissional, na condição jurídica de “empresa”, não pode ser representado juridicamente pelo Sindicato de trabalhadores. Por isso, a primeira ação jurídica do Sindicato a favor desses jornalistas é necessariamente uma ação de vínculo trabalhista. Com a vitória nesta primeira ação, abre-se o caminho para todo o restante. Entendemos que estes colegas, dentro das entidades, estão em pé de igualdade com os demais profissionais não empregadores de jornalistas. É tarefa da Federação, no próximo período, organizar um debate interno ao movimento sindical dos jornalistas para acolher as demandas destes companheiros/as e organizá-los/as na luta contra a precarização.

Também é tarefa da Federação seguir organizando os sindicatos na Campanha Salarial Nacional Unificada, que deve ser permanentemente aprimorada. No mesmo sentido está a necessidade de aprofundar o envolvimento das entidades e dos jornalistas em duas pautas centrais: o Piso Nacional dos Jornalistas (PL 2209/2025) e a PEC do Diploma (206/2012). No serviço público, lutamos pelo fim das terceirizações, por concurso público com respeito à regulamentação da profissão de jornalista, com destaque para o cumprimento da jornada especial de trabalho da categoria. Onde há terceirização, seja a serviço do poder público seja a serviço da iniciativa privada, a FENAJ e seus sindicatos buscam atuar como legítimos representantes dos colegas terceirizados, sujeitos em geral a condições precárias. Assim, lutamos pela jornada, contra atrasos de salários, contra o assédio moral etc., buscando associá-los ao sindicato.

Também no terreno nacional, é urgente avançar na atualização das funções previstas na nossa regulamentação profissional, refletindo sobre as mudanças que a tecnologia introduziu em nossas rotinas. Essa atualização é o que cobramos do Ministério do Trabalho do governo Lula, como uma regulamentação que estreite a porteira escancarada dos registros profissionais. Reerguer as estruturas sindicais é uma tarefa de todos nós, e a FENAJ deve assumir a responsabilidade de ajudar a formular política de

sustentação e fortalecimento, para o que devemos recorrer em primeiro lugar à nossa categoria.

## **PROPOSTAS PARA O PLANO DE LUTAS**

1 – Intensificar a luta contra a Pejotização irrestrita: A FENAJ seguirá atuando politicamente no tema e no julgamento do Tema 1.389 no STF como *amicus curiae*, mobilizando e informando a categoria e a sociedade acerca desse julgamento e seus impactos para a classe trabalhadora. A FENAJ intensificará o combate às fraudes trabalhistas por meio da contratação via Pessoa Jurídica e desenvolverá uma campanha nacional de conscientização da categoria, com o intuito de orientar e organizar as e os jornalistas contra a precarização e também garantir direitos àqueles e àquelas que atuam sob esse tipo de contratação.

2 – Fortalecer as negociações coletivas: A FENAJ continuará o diálogo com os sindicatos para envolver todas as entidades filiadas na Campanha Salarial Nacional Unificada, com o intuito de avançar no fortalecimento das negociações de pautas comuns da categoria.

3 – Intensificar a luta pela PEC do Diploma (206/2012): A FENAJ reafirma seu compromisso de atuar, em conjunto com os sindicatos, para ampliar o engajamento na luta pela aprovação da PEC do Diploma (206/2012), compreendendo que a retomada da exigência do diploma de Jornalismo para o exercício profissional é uma medida essencial para assegurar à sociedade informações produzidas com qualidade, responsabilidade e ética.

4 – Intensificar a luta pelo Piso Nacional dos Jornalistas (PL 2209/2025): A Federação seguirá mobilizada pela aprovação do Projeto de Lei do Piso Nacional dos Jornalistas (PL 2209/2025). Fortalecer a mobilização da categoria e intensificar o diálogo com o Congresso Nacional são passos fundamentais para garantir a votação e aprovação desta proposta, que representa a valorização do jornalismo profissional, o fortalecimento da democracia e a efetivação do direito social à informação.

5 – Defender concursos públicos e o provimento de vagas de jornalistas:

- A FENAJ e seus sindicatos seguirão lutando pelo fim das terceirizações nos serviços públicos, em todos os níveis, e pela realização de concursos públicos especificamente para o cargo de Jornalista, com respeito à regulamentação da profissão de jornalista, com destaque para o cumprimento da jornada especial de trabalho da categoria.
- Fazer uma campanha para cobrar dos órgãos públicos em todas as esferas e entes federativos a alteração do nome do cargo efetivo dos profissionais concursados com atribuição de jornalista para o nome de “Jornalista”, em substituição aos nomes de cargos de Analista, Assessor, técnico em comunicação etc., garantindo, desta forma, todos os direitos previstos em lei.
- Lutar pela garantia da permanência, e participação ativa, do jornalista efetivo na assessoria de comunicação pública, quando a empresa ou órgão público optar por contratar agências de comunicação; tais serviços e profissionais devem ser de caráter de assistência e apoio aos jornalistas concursados.

#### 6 – Campanhas de Fiscalização e Presença Sindical:

- Orientar os sindicatos a uma campanha de Fiscalização, junto às assessorias de comunicação das empresas e órgãos públicos, e às empresas que prestam serviços aos órgãos públicos, sobre o cumprimento da jornada diária de 5 (cinco) horas, +2 (duas) horas extras, onde a legislação permitir.
- Orientar os sindicatos a realizar visita presencial às Assessorias de Comunicação das empresas e órgãos públicos, para esclarecimentos, dúvidas, filiação, atualização de registro profissional etc.

#### 7 – Defender as condições de trabalho no terceiro setor e entidades sindicais:

A FENAJ organizará pesquisa junto aos jornalistas e às jornalistas que atuam em entidades sindicais ou de organizações do terceiro setor para ampliar o conhecimento da realidade nesses locais de trabalho e cobrar desses empregadores o respeito aos direitos e garantias da nossa categoria.

8 – Lutar pela atualização da regulamentação profissional: A FENAJ retomará o GT de Regulamentação Profissional para elaborar uma proposta de atualização das funções na legislação que regulamenta a profissão de jornalista junto ao Ministério do Trabalho e também para ampliar o controle e tornar a fiscalização mais rígida na emissão de registros profissionais.

9 – Lutar pela criação do Conselho Nacional de Jornalistas: Lutar pela criação do Conselho Nacional de Jornalistas, enquanto órgão de autorregulação e representação profissional, responsável por zelar pelo exercício ético, técnico e social do jornalismo. O conselho deve atuar como instância de defesa da categoria e do direito à informação, fortalecendo o papel do jornalista na sociedade e garantindo o cumprimento dos princípios que orientam a prática jornalística no Brasil.

#### **TESE Nº 4**

**Tipo:** Tese-Guiada FENAJ

**Título:** POR UM JORNALISMO LIVRE DE TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E DE VIOLÊNCIAS, NAS SUAS PRODUÇÕES E AMBIENTES DE TRABALHO

**Proponente:** Diretoria da FENAJ

#### **JUSTIFICATIVA**

O jornalismo brasileiro encontra-se em um momento crítico em que as desigualdades históricas de gênero, raça, diversidade sexual e condição física ou mental se manifestam de forma persistente e estrutural, tanto nas relações de trabalho quanto na produção de conteúdo. É imperativo que a FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas intensifiquem a luta por ambientes de trabalho e práticas jornalísticas que sejam verdadeiramente antirracistas,

antimachistas, anticapacitistas, anti-etárias, antiLGBTI+fóbicos, contra a xenofobia, inclusivas e livres de toda forma de opressão e de violência.

O racismo estrutural é evidente na sub-representação da população negra nas redações (apenas 20% dos profissionais se declaram pretos ou pardos) e, especialmente, em postos de liderança e decisão. Esta disparidade se reflete no conteúdo produzido, levando a uma cobertura que não representa a pluralidade de vozes que compõem a realidade nacional. O jornalismo precisa romper com a invisibilização e a criminalização das populações negra, periférica, quilombola, indígena, em situação de rua ou encarceramento, bem como com a reprodução de estereótipos (seja de miserabilidade, seja de exotismo ou força física) que limitam seu lugar social.

O machismo e a misoginia permeiam o ambiente de trabalho, expondo as mulheres jornalistas a assédio moral e sexual e a uma carga de trabalho agravada, o que se intensifica para mulheres negras. Na cobertura, especialmente de casos de feminicídio, tentativas de feminicídio e violência doméstica, as mulheres são frequentemente revitimizadas ou tratadas como objeto sexual e de consumo, reforçando a cultura do estupro e a ideia de que a mulher não é um sujeito de fala e competência. A misoginia funciona como um ciclo comunicativo de ódio que visa punir aquelas que desafiam a ordem patriarcal e minar a credibilidade das vítimas.

A exclusão da população LGBTI+ nas redações e nos postos de liderança também é uma manifestação de opressão estrutural, alinhada com as desigualdades históricas já mencionadas. O jornalismo precisa romper com a invisibilização ou a cobertura estigmatizante (como já ocorre com a população negra e indígena) ao tratar de questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, buscando promover imagens positivas, justas e plurais.

O capacitismo se manifesta na baixa presença de jornalistas com deficiência ou neurodivergentes nas redações e na tendência da imprensa em abordar a condição de forma patológica, degradante e sensacionalista, focando em "cura" ou "tragédia". Essa abordagem limitadora perpetua o preconceito social e a exclusão dessa parcela da sociedade e reforça estereótipos nocivos.

A precarização do mundo do trabalho atinge também as redações, provocando sofrimento mental, adoecimento, abandono da profissão e até casos de tentativa de suicídio. Mesmo com a nova redação da Norma Regulamentadora n. 1, do Ministério do Trabalho, que prevê avaliação dos impactos psicossociais nos locais de trabalho, manifesta-se uma tendência de que o problema continue a ser individualizado, como se fosse culpa do trabalhador, da trabalhadora seu adoecimento físico e mental devido às condições precárias de trabalho (baixos salários, supressão de direitos, pressão por metas, assédios etc.).

Todas essas formas de opressão são muitas vezes reforçadas nas produções jornalísticas por meio dos termos escolhidos, que reproduzem e alimentam estigmas, estereótipos e preconceitos, na ausência de diversidade e pluralidade nas fontes escolhidas para tratar de diversos temas, incluindo pautas relacionadas às questões desses grupos. Reafirmamos o compromisso do nosso Código de Ética de combater toda forma de perseguição ou discriminação. Por isso, a FENAJ e seus sindicatos continuarão na luta por um jornalismo equitativo, plural e diverso, que deve se dar pela valorização da representatividade na escolha de fontes, narrativas e imagens, rejeitando estereótipos e promovendo imagens positivas, justas e plurais.

A FENAJ e seus sindicatos, por meio de estruturas como a Conajira e a Comissão Nacional de Mulheres, seguirão também atuando ativamente para garantir que a equidade seja o pilar inegociável da profissão, enfrentando as diferenças salariais e a precarização do trabalho que atinge desproporcionalmente pessoas negras, mulheres, LGBTI+, indígenas e pessoas com deficiência.

## **PROPOSTAS PARA O PLANO DE LUTAS**

**1 – Fortalecer a representatividade e combater a misoginia:** Recomendar aos Sindicatos filiados a instituição de cotas mínimas de 30% de jornalistas mulheres e 20% de jornalistas negros, negras, indígenas e quilombolas, conforme o estatuto da federação, todos comprometidos(as) com a luta pela

diversidade na formação das diretorias sindicais. Garantir a manutenção e fortalecimento da Comissão de Mulheres e da Conajira como órgãos de assessoria da Diretoria da FENAJ, com planos de trabalho anuais, e das respectivas comissões nos estados. Retomar a proposta de incluir nos registros de filiação a declaração de cor/etnia do(a) associado(a) conforme o critério do Censo IBGE (amarelo, pardo, preto, branco, indígena) para subsidiar políticas contra o racismo.

**2 – Monitorar e combater assédios e discriminação:** A FENAJ realizará, com apoio dos 31 Sindicatos filiados, pesquisa anual sobre condições de trabalho, remuneração, cargos de chefia, e assédios (moral, sexual, racial, por capacitismo, etarista e psicofóbico), com recorte étnico-racial, de gênero e de orientação sexual.

**3 – Promover educação e orientação à categoria:** A FENAJ e os sindicatos devem elaborar campanha por meio de materiais educativos e oficinas permanentes para jornalistas e estudantes sobre boas práticas jornalísticas livres de estereótipos sexistas, racistas, capacitistas, LGBTI+fóbicos, etaristas, psicofóbicos e classistas, com as seguintes orientações:

- Priorizar o uso de linguagem não discriminatória, linguagem inclusiva e respeitosa, especialmente no que se refere a pronomes e identidades de gênero (pessoas trans e não-binárias) e a seleção de imagens positivas e diversas;
- Priorizar abordagens que evitem a patologização ou a curiosidade mórbida que marcam a cobertura de temas LGBTI+;
- Evitar o uso de linguagem discriminatória contra a população moradora de favelas e periferias, especialmente durante a cobertura de operações policiais, respeitando a presunção de inocência, a dignidade humana e os demais preceitos do Estado Democrático de Direito;
- Garantir que a cobertura jornalística não promova a revitimização das mulheres e pessoas LGBTI+ vítimas de violência;
- Valorizar a diversidade na escolha de fontes, narrativas e imagens (gênero, raça, etnia, PCDs e indígenas) como especialistas em diversos temas, e não apenas em pautas identitárias.

**4 – Fortalecer a luta laboral:** Incluir na Campanha Salarial Nacional Unificada cláusulas de promoção da equidade racial e de gênero, bem como de ambientes de trabalho seguros para jornalistas LGBTI+. Intensificar a luta contra a precarização que atinge profundamente os grupos minorizados.

**5 – Canais de Acolhimento:** Incentivar os sindicatos a criarem canais permanentes de denúncia e acolhimento de casos de assédio moral, sexual e discriminação no ambiente de trabalho, assegurando o sigilo das informações e o encaminhamento adequado das ocorrências, em articulação com a FENAJ e outras entidades de defesa dos direitos humanos e trabalhistas.

**6 – Saúde Mental e Ambiente de Trabalho:** Luta por melhores condições e ambientes de trabalho, combatendo a narrativa de que o adoecimento físico e mental é de responsabilidade individual, e não resultado de uma estrutura organizacional exploratória.

**7 – Pela defesa da cláusula de consciência:** Fortalecer e incorporar a cláusula de consciência nas pautas de reivindicações e acordos, garantindo às e aos profissionais o direito de se oporem a matérias que violem sua apuração dos fatos e sua consciência, negando-se a participar delas e retirando seus nomes e material apurado quando houver violação ética.

## **TESE Nº 5**

**Título:** Fortalecer a presença da FENAJ e dos Sindicatos nas Universidades e na formação permanente da categoria

**Proponente:** Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará (Sindjorce)

**Justificativa** A presença ativa da FENAJ e dos Sindicatos de Jornalistas nas universidades é estratégica para o fortalecimento da categoria e para a defesa do jornalismo como bem público e essencial à democracia. É nas instituições de ensino que se forma a base crítica e ética da profissão, e é fundamental que as entidades sindicais estejam próximas das e dos

estudantes, dialogando sobre os desafios do mercado de trabalho, os direitos da categoria e o papel social do jornalismo.

A aproximação com as novas gerações de jornalistas é condição para garantir a renovação política e organizativa do movimento sindical, assegurando que os princípios de luta, solidariedade e compromisso com a verdade sigam vivos entre as e os futuros profissionais. Iniciativas como as desenvolvidas pelo Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce) são exemplos de boas práticas que devem ser estimuladas e replicadas nacionalmente. Em 2024, o sindicato realizou a I Semana Estadual de Jornalismo do Ceará, voltada ao debate sobre formação profissional, ética e valorização do trabalho jornalístico. Em 2025, o Programa Jovem Jornalista ampliará esse diálogo, fortalecendo a formação sindical e aproximando a entidade das novas e dos novos profissionais.

No mesmo sentido, é necessário manter o diálogo permanente com outros segmentos da categoria, como os jornalistas aposentados, que devem seguir incluídos nas atividades sindicais. Cursos de atualização, oficinas, atividades culturais e programas como “Sindicato de Portas Abertas” fortalecem vínculos, garantem a troca intergeracional e reafirmam que a valorização profissional se estende a todas as fases da vida laboral.

A FENAJ e os sindicatos precisam, portanto, atuar de forma articulada para transformar esses espaços de diálogo em políticas permanentes de formação e acolhimento, com foco na construção coletiva de um jornalismo ético, crítico, plural e comprometido com a sociedade.

### **Propostas para o Plano de Lutas:**

1 – Ampliar a presença da FENAJ e dos Sindicatos nas universidades, promovendo atividades regulares de formação sindical e debates sobre o exercício profissional, ética e direitos trabalhistas.

2 – Estimular programas de acolhimento e formação de jovens jornalistas, a exemplo do Programa Jovem Jornalista do Sindjorce, com foco na aproximação entre entidades e recém-formados.

3 – Implementar políticas de valorização e inclusão de jornalistas aposentados, garantindo sua participação em atividades de atualização, integração e convivência, como cursos e programas que mantenham os Sindicatos de portas abertas para todos e todas os jornalistas.

4 – Criar uma rede nacional de formação sindical da FENAJ, articulando experiências estaduais e desenvolvendo materiais pedagógicos unificados voltados para estudantes e profissionais em diferentes etapas da carreira.

## **TESE Nº 6**

**Tipo:** Avulsa

**Título:** A Valorização da Formação em Jornalismo

**Proponente:** Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro (SJPMRJ)

**Justificativa** O documento "8 Pautas Prioritárias das e dos Jornalistas Brasileiros", elaborado e publicado em 2022 pela FENAJ, elenca as principais demandas e reivindicações históricas da categoria, debatidas e aprovadas nos congressos nacionais da entidade, e inclui propostas como a aprovação da PEC do Diploma, que restabelece a obrigatoriedade da formação de nível superior em Jornalismo para o exercício profissional. Uma luta histórica que desde o primeiro momento teve a parceria das instituições do mundo acadêmico. Uma parceria que, vale ressaltar, vem sendo construída ao longo de várias diretorias da FENAJ, visando aprimorar a formação profissional do jornalista. Sendo assim, é relevante resgatar algumas ações que ainda hoje reverberam e podem indicar caminhos para ampliar e fortalecer a luta pela aprovação da PEC do Diploma, atualmente emperrada na Câmara dos Deputados.

**Memória** O “Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo” da FENAJ, lançado em 1997, constituiu-se, ao longo dos seus quase 30 anos, numa referência para o aprimoramento do ensino da

profissão, tendo como pilar principal a graduação em curso específico de nível superior. O Programa, idealizado e desenvolvido pelo jornalista Daniel Herz (fundador do FNDC – Fórum Nacional da Democratização da Comunicação, diretor da FENAJ e do SindjorRS), continua atual e importante para qualificar o ensino de Jornalismo. É considerado pelos especialistas e pesquisadores como um programa de qualidade, que busca elevar o padrão da formação profissional, preparando os jornalistas para atuarem de forma crítica e ética em um cenário midiático complexo.

O documento aprovado no Congresso Nacional dos Jornalistas Extraordinário de Vila Velha (ES), em 1997, teve como signatários a Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (ABECOM), a Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (ENECOS), a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). Em 2002, o documento passou a ser subscrito também pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (atual ABEJ – Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo). Merece destaque pois foi um ato inédito o reconhecimento da comunidade acadêmica a um documento produzido na área sindical, que desde então vem procurando consolidar a aproximação da vida profissional com a formação acadêmica.

O Programa foi divulgado junto às escolas de jornalismo, servindo de base para a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais em Jornalismo (DCNJor) – propostas pelo campo do Jornalismo no seminário de Campinas, em 1999. As DCNJor, instituída em 2013, resultado de amplo debate nos campos acadêmicos e profissional, teve como principal mudança a instituição do Curso de Jornalismo, então habilitação do Curso de Comunicação Social, fortalecendo a formação teórica, ética e prática, na medida em que a formação específica antes compactada em dois anos passou a ser ministrada em quatro anos.

Uma versão mais atualizada do Programa foi elaborada em 2004. A partir dela, surgiu, posteriormente, o Programa Nacional de Projetos de Estágio

Acadêmico em Jornalismo, que foi aprovado, em 2006, no XXXII Congresso Nacional dos Jornalistas, em Ouro Preto (MG), e inspirou a formulação do Estágio Curricular Supervisionado, incluído nas DCNJor. O documento de 2006, vale lembrar, diz que: “O estágio em jornalismo só será estimulado, sendo opcional sua realização, se for acadêmico e supervisionado, desde que desenvolvido através dos Projetos Pilotos propostos no presente Programa Nacional, e se realmente for necessário como instrumento para complementar a formação profissional. Ou seja, o estágio deve ser encarado sempre como um complemento útil e enriquecedor da formação acadêmica do estudante de jornalismo e nunca como uma atividade obrigatória. Para isso, deve desenvolver-se sob a orientação de professores, profissionais e ser fiscalizado tanto pelo Sindicato como pela própria instituição/universidade. O objetivo é evitar que se transforme em infração à legislação que regulamenta a profissão de jornalista e realmente seja mais um instrumento pedagógico. O estudante estagiário não pode substituir o jornalista no mercado de trabalho. Ou seja, o Estágio Acadêmico é voltado para aprimorar a formação do estudante de jornalismo. Em hipótese alguma deve servir para atender às necessidades empresariais ou do mercado.”

Em 2015, FENAJ e FNPJ (atual ABEJ), diante das frequentes consultas dos Cursos de Jornalismo sobre a obrigatoriedade do estágio acadêmico previsto nas DCNs, elaboraram uma proposta conjunta, intitulada “Orientações Gerais para a Construção de Regulamentos de Estágio Curricular Supervisionado em Jornalismo”.

A mobilização dos Cursos de Jornalismo foi muito importante na fase de tramitação do processo no Supremo Tribunal Federal, assim como para a aprovação da PEC do Diploma no Senado Federal. A participação de professores, pesquisadores e estudantes ampliou a luta pela PEC do Diploma, seja participando de manifestações a favor do diploma em jornalismo, seja pressionando parlamentares para a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional.

Diante do exposto, é papel da FENAJ e sindicatos fortalecer os vínculos com as instituições do mundo acadêmico através de ações conjuntas visando a

mobilização dos Cursos de Jornalismo e das instituições acadêmicas do campo do Jornalismo.

### **Propostas:**

1. A FENAJ, com a participação da Secretaria de Educação, Cultura e Aperfeiçoamento Profissional, deve retomar a parceria com as instituições acadêmicas do campo do Jornalismo (ABEJ, SBPJor etc.), visando a construção de seminário nacional, com o propósito de debater e avaliar junto com os Cursos de Jornalismo (professores, pesquisadores, estudantes) o processo de implantação das DCNJor, principalmente o Estágio Curricular Supervisionado.
2. A FENAJ, com a participação da Secretaria de Educação, Cultura e Aperfeiçoamento Profissional e as Vice-Regionais, em parceria com os sindicatos e as instituições acadêmicas, deve realizar seminários regionais, antecedendo um seminário nacional, tendo em vista debater e avaliar junto com os Cursos de Jornalismo (professores, pesquisadores, estudantes) o processo de implantação das DCNJor, principalmente o Estágio Curricular Supervisionado.
3. A FENAJ e as instituições parceiras devem publicar e divulgar o resultado dos seminários regionais e nacional, de forma a ampliar a mobilização em torno da proposta da obrigatoriedade do diploma em jornalismo para o exercício profissional, objetivando a valorização do jornalismo e do jornalista.

### **TESE Nº 7 Tipo: Avulsa**

**Título: Da alteração do nome**

**Proponente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná**

### **Justificativa**

A linguagem é um instrumento potente nas disputas simbólicas e narrativas, como bem sabem profissionais jornalistas. Em consonância com as

mudanças da sociedade, onde grupos minorizados têm se movimentado no sentido de reivindicar voz e espaço, faz-se necessária a atualização do nome desta federação. Este mesmo texto, retiradas adaptações, foi apresentado e aprovado durante o 8 Congresso Paranaense de Jornalistas, organizado pelo Sindicato de Jornalistas Profissionais do Paraná (SindijorPR).

Pois bem: *Federação Nacional DOS Jornalistas* adota o masculino neutro como linguagem universal e, embora de acordo com a gramática normativa, não vai ao encontro das demandas da categoria, que é diversa e plural. Conforme nos ensina Lélia Gonzáles, intelectual brasileira, a imposição da língua é uma forma de discriminação. Para a filósofa, que cunhou o termo “Pretuguês”, a forma de se expressar de pessoas pretas demonstra a africanização da Língua Portuguesa. Utilizando este pensamento e o sobrepondo às discussões de gênero, a proposta é que a Fenaj passe a se chamar *Federação Nacional DE Jornalistas*.

Nesta mesma linha, e justificando a mudança, embasamos a proposta no manual de comunicação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, do Governo Federal, que aponta a necessidade de “não utilizar o masculino para generalizar as pessoas”, como forma de evitar linguagem sexista. O manual descreve:

*Privilegiar palavras que não caracterizam gênero específico, que retiram a marcação de gênero. Por exemplo: autoria ao invés de autor/a (...). Ao especificar o gênero, privilegiar a ordem feminino + masculino (...). Atentar para artigos, pronomes e contrações prepositivas que acompanham substantivos que poderiam ser neutros. Ex.: preferir “estudante” em vez de “a estudante” ou “o estudante” (2025)*

Também se faz necessário pensar que, ao adotar linguagem inclusiva, não há prejuízo aos grupos que já estavam representados na nomenclatura anterior. Ora, a Fenaj, que há quase 80 anos está na linha de frente da defesa de jornalistas, teve apenas poucas presidentas, ou seja, a mudança da linguagem deve também ser acompanhada por uma mudança estrutural, que dê mais pluralidade às lideranças sindicais do jornalismo. Mudar o nome,

neste cenário, não é apenas um ato simbólico, mas uma ação concreta em busca da equidade de gênero.

Conforme Leal et al. a linguagem é uma ferramenta de comunicação que abarca expressões, pensamentos e emoções. *Todavia, a linguagem está intrinsecamente imbuída de uma construção social constituída por um complexo sistema de crenças, atitudes e valores que influenciam marcadamente a forma como estruturamos as nossas crenças, redes relacionais e posições que assumimos socialmente (LEAL et al. 2024).*

Assim, para que a Fenaj siga o curso do respeito, da pluralidade e da equidade de gênero, é essencial a atualização da nomenclatura.

Propostas:

1. Que a FENAJ encaminhe para debate e deliberação no próximo Congresso Estatutário a mudança da razão social da entidade para *Federação Nacional de Jornalistas*.

2. Que a FENAJ altere, desde já, o seu nome fantasia/informal para *Federação Nacional de Jornalistas*, adotando esta nomenclatura em todos os seus materiais de comunicação, publicações e eventos.

## **TESE Nº 8**

**Tipo:** Avulsa

**Título:** Pela criação de um Coletivo Jurídico Nacional da FENAJ

**Proponente:** Sindicato de Jornalistas Profissionais no Estado do Rio Grande do Sul (SindJoRS)

### **Justificativa**

**Apresentação** Sem prejuízo da assessoria jurídica profissional que já integra o cotidiano da FENAJ, a criação de um Coletivo Jurídico Nacional pode

fortalecer de forma estratégica a atuação da Federação. A proposta busca articular e integrar iniciativas jurídicas dos sindicatos estaduais, ampliando a coesão, a troca de experiências e a coerência das ações em defesa da categoria.

**Contexto** Muitos desafios enfrentados pelos sindicatos têm origem comum, embora apareçam como problemas “locais”. Em diferentes estados, repetem-se questões como:

- concursos públicos com cargas horárias acima do previsto em lei;
- impactos e limites do uso de inteligência artificial no trabalho jornalístico;
- precarização das relações laborais;
- dificuldades no registro profissional;
- conflitos com Conselhos Profissionais que reivindicam atividades privativas dos jornalistas;
- tensões no trabalho com assessorias de imprensa.

A experiência recente mostrou que a atuação articulada gera melhores resultados. O enfrentamento coletivo à atuação do CADE contra a Tabela de Serviços Profissionais, bem como o apoio da FENAJ às negociações coletivas dos sindicatos, demonstraram que coordenar esforços fortalece a categoria e amplia a eficácia das ações.

O Coletivo Jurídico Nacional não substituirá — nem concorrerá com — as assessorias jurídicas da FENAJ ou dos sindicatos. Ao contrário: funcionará como espaço de apoio mútuo, intercâmbio técnico e coordenação estratégica, preservando a autonomia das entidades e dos profissionais. A articulação permitirá que cada sindicato se beneficie das soluções, interpretações e experiências dos demais.

Essa troca sistemática favorecerá o conhecimento amplo dos desafios e conquistas em cada região e no âmbito nacional. Permitirá ainda a elaboração conjunta de ações judiciais, o lançamento simultâneo de medidas estratégicas e o enfrentamento coordenado de problemas comuns.

Com o uso consolidado de reuniões on-line e ferramentas de trabalho à distância, a implementação e manutenção deste Coletivo terão custos mínimos e grande agilidade operacional.

### **Propostas de ação**

- Atribuir à FENAJ a coordenação geral do Coletivo.
- Realizar reuniões trimestrais, com possibilidade de ajustar a periodicidade conforme demanda e conveniência.
- Garantir a participação prioritária de profissionais do Direito, com abertura, quando pertinente, à presença de dirigentes das entidades sindicais.

### **TESE Nº 9**

**Tipo:** Avulsa

**Título:** Pelo cumprimento da jornada legal de cinco horas diárias para jornalistas no serviço público

**Proponente:** Sindicato de Jornalistas Profissionais no Estado do Rio Grande do Sul (SindJoRS)

### **Justificativa**

A defesa da jornada de cinco horas diárias é um compromisso histórico do movimento sindical das e dos jornalistas e um marco da regulamentação da profissão no Brasil. Garantir que esse direito seja respeitado no setor público é essencial para fortalecer a identidade profissional da categoria, valorizar o jornalismo de qualidade e proteger a saúde e a dignidade dos(as) trabalhadores(as). Conclamamos este Congresso a aprovar esta tese como resolução nacional da categoria, orientando a ação sindical e política da FENAJ e seus sindicatos nos próximos anos.

Considerando que: • A legislação brasileira assegura jornada especial de trabalho de cinco horas diárias para jornalistas profissionais; • A Portaria nº

97, de 17 de fevereiro de 2012, do Poder Executivo Federal, explicita a jornada de cinco horas diárias e 25 horas semanais; • Muitos concursos públicos têm desrespeitado essa legislação, ofertando vagas com carga horária superior (40h semanais ou mais), sem compensação legal ou previsão expressa nos editais; • A omissão da carga horária adequada nos concursos representa um ataque aos direitos da categoria, além de precarizar as condições de trabalho e a qualidade do jornalismo praticado no serviço público.

**O Congresso resolve :**

1. Que a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) assuma como diretriz nacional a exigência de que todos os concursos públicos que envolvam cargos de jornalista incluam, nos editais, a jornada legal de cinco horas diárias, conforme previsto em lei;
2. Que a FENAJ, em articulação com os Sindicatos de Jornalistas, monitore regularmente os editais de concursos públicos, denunciando irregularidades e promovendo ações jurídicas e administrativas contra editais que descumpram a legislação trabalhista da categoria;
3. Que seja lançada uma campanha nacional permanente, com materiais informativos, ações políticas e mobilização da categoria, pela efetivação da jornada legal no setor público;
4. Que a FENAJ elabore e distribua uma cartilha nacional sobre os direitos trabalhistas dos jornalistas no serviço público, com orientações específicas sobre concursos, jornada de trabalho e instrumentos de denúncia;
5. Que se busque diálogo com órgãos de controle (Tribunais de Contas, Ministério Público, Defensorias Públicas) e com gestores públicos, visando à adequação dos editais às normas legais;
6. Que se busquem meios legais para garantir que jornalistas que já atuam no serviço público possam ser respaldados para o cumprimento da jornada de cinco horas diárias, sem perda salarial.

## **TESE Nº 10**

**Tipo:** Avulsa

**Título:** ENFRENTAR O ASSÉDIO JUDICIAL E A VIOLÊNCIA DIGITAL CONTRA JORNALISTAS

**Proponente:** Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJSC)

### **Justificativa**

**1. Apresentação** A violência contra jornalistas alcançou níveis inéditos durante o governo de Jair Bolsonaro, somando 1442 casos reunidos nos relatórios anuais da Fenaj, divulgados entre 2019 e 2023. O volume aponta para a média de uma agressão por dia contra profissionais em seu exercício diário. Parte considerável dessa violência vem na forma de assédio judicial e em ataques digitais. Juntos, esses dois tipos de violência representam parte expressiva das agressões dirigidas à categoria, consolidando novas modalidades persistentes de violência. Prova disso são as estatísticas dos últimos anos que mostram que os casos de assédio judicial contra jornalistas só aumentaram e hoje são a segunda forma mais frequente de ataque tipificado nos relatórios da Fenaj. Em 2024, de cada seis casos de violência contra jornalistas, um era por via judicial (15,97%).

Os ataques digitais, por sua vez, não dão trégua, e as redes sociais são terreno minado para jornalistas, sobretudo mulheres e em maior quantidade nas regiões remotas e no interior do país. Monitoramentos feitos pela Coalizão em Defesa do Jornalismo - da qual a Fenaj faz parte - e de outras organizações mostram que os agressores online atuam em bandos, de forma coordenada e articulada para atingir a honra pessoal, a condição individual e a credibilidade profissional das suas vítimas.

As denúncias que chegam diariamente aos sindicatos e à Federação nos fazem acreditar que esses ataques não vão arrefecer se não enfrentarmos seus perpetradores e as estruturas que os mantêm impunes. O governo

Bolsonaro, seu clã e apoiadores não inventaram o assédio judicial e a violência online, mas suas persistentes tentativas de descriminalização da imprensa e atitudes públicas de desprezo aos jornalistas foram determinantes para que se consolidasse um ambiente hostil e de perseguição aos profissionais de informação. A postura agressiva de quem ocupa o cargo mais alto da República deu maus exemplos de como tratar quem atua pelo interesse público, endossou e estimulou o comportamento violento de outras pessoas nas ruas e nas redes.

A gestão de Bolsonaro chegou ao fim, mas os ataques se mantiveram em patamares inaceitáveis gerando um legado abominável. Nos dois primeiros anos do governo Lula, houve queda nos casos registrados, mas os relatórios da Fenaj mostram que o volume de agressões ainda se mantém mais alto que os de 2018, o que aponta para uma resistência da violência contra os jornalistas. Tal resistência pode sugerir que a violência esteja disseminada na sociedade, funcionando como uma cultura de normalização de ataques contra repórteres, editores, produtores e demais jornalistas. Atualmente, chegam aos sindicatos relatos de que vivemos numa atmosfera menos opressora que antes, mas jornalistas continuam sendo atacados nos tribunais e nas redes, sempre de forma assimétrica e covarde. Empresários com alto poder econômico acionam a justiça para impedir a publicação de matérias de interesse público, censurando os meios de comunicação, intimidando jornalistas e os impedindo de atuar em favor da sociedade. Ações judiciais semelhantes partem também de parlamentares, governantes e membros do Poder Judiciário, que se prevalecem de seus cargos e funções para cercear a atividade jornalística e o escrutínio público. Nas cortes, os processos são apresentados em volume asfixiante, sem argumentação razoável e com pedidos desproporcionais de indenização, minando a capacidade de defesa dos jornalistas. Para além de ser uma forma insidiosa de ataque ao direito constitucional de informação, o assédio judicial leva a um efeito colateral silencioso, altamente prejudicial para a sociedade: a autocensura no jornalismo. Estudos mostram que esta prática está amplamente disseminada pelo país, mas encontra especial guarida em regiões governadas pelo bolsonarismo ou com resquícios de comportamentos autoritários que não

toleram a necessária atividade jornalística. A prática do assédio judicial é tão perniciosa que já preocupa autoridades no Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP) e em outros setores sensíveis ao tema. Avança no Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores do MJSP uma proposta de conceito de assédio judicial que pode instruir legislação específica e políticas públicas derivadas de proteção. No mesmo Observatório – e a Fenaj tem assento no órgão -, prosperam estudos e propostas para combater a violência online contra jornalistas, envolvendo autoridades de segurança, responsáveis pelas plataformas digitais e outros grupos interessados. Se o Brasil ambiciona consolidar sua democracia após os recentes testes de estresse, o país precisa fortalecer suas instituições, reafirmar garantias e salvaguardas, e proteger os atores sociais que ajudam a sustentar o Estado Democrático de Direito. O jornalismo, no dever de informar, encarna a missão de lutar pelo direito à informação. Por isso, jornalistas precisam ter condições seguras mínimas para exercer seu ofício com excelência técnica, ética e comprometimento social.

É preciso, portanto, enfrentar o assédio judicial e os crimes digitais contra Jornalistas, pois eles se tornaram duas formas persistentes de violência que são altamente limitadoras do exercício pleno do jornalismo. Reportar não é crime! Chega de assédio judicial! Pelo fim dos ataques digitais contra jornalistas!

## **PROPOSTAS**

### **Para enfrentar o Assédio Judicial**

- a) Sindicatos devem promover debates e realizar campanhas de informação sobre o que é o assédio judicial praticado contra jornalistas, alertando para os riscos para a sociedade da criminalização da prática jornalística;
- b) Sindicatos devem estimular jornalistas vítimas de assédio judicial a apresentarem denúncias ao Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores;

c) Fenaj deve criar um banco de dados com informações sobre demandantes judiciais contumazes. Esses dados podem ser apresentados em situações públicas de debates ou na forma de relatórios para autoridades competentes, visando ações de combate;

d) Fenaj deve debater o tema do assédio judicial com entidades jornalísticas, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e outros setores interessados para fortalecer a compreensão das prerrogativas profissionais do jornalismo;

e) Fenaj deve se aproximar de entidades, institutos e escritórios de advocacia dedicados à defesa da liberdade de imprensa para a criação de um ecossistema nacional de proteção de jornalistas vítimas de assédio judicial;

f) Por meio do Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores, Fenaj deve pressionar o Ministério da Justiça e da Segurança Pública e o Congresso Nacional para criarem legislação específica para deter o assédio judicial contra jornalistas;

g) Fenaj deve pressionar o Governo Federal para criação e implementação de políticas públicas de proteção a jornalistas no âmbito judicial.

### **Para enfrentar Ataques digitais contra jornalistas**

a) Sindicatos devem intensificar, em suas bases, a coleta de dados sobre violência online;

b) Fenaj e sindicatos devem aperfeiçoar e fortalecer o Relatório de Violência e Ataques a Jornalistas, de modo a tornar mais visíveis e compreensíveis os tipos violentos praticados contra os profissionais no ambiente online, identificando grupos e redes de agressores;

c) Fenaj e sindicatos devem promover campanhas encorajando jornalistas a denunciarem ataques sofridos ao canal específico do Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores do MJSP;

d) No âmbito do Observatório, Fenaj deve pressionar as plataformas digitais a assumirem suas responsabilidades para proteger jornalistas de ataques virtuais, criando termos de uso ou políticas de comunidade que combatam essas violências;

e) Fenaj deve exigir do Estado políticas permanentes de proteção a jornalistas no ambiente online, articulando esforços de ministérios e órgãos relacionados;

f) Fenaj deve cobrar das autoridades competentes a responsabilização de grupos, redes e indivíduos agressores;

g) Fenaj deve intensificar articulação com o Congresso Nacional para institucionalizar uma agenda legislativa de defesa da liberdade de imprensa nas ruas e nas redes.

### **Moções aprovadas:**

#### **1. Moção de Repúdio à contratação de José Luiz Datena e Defesa da Comunicação Pública**

O 40º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), reunido em Brasília, entre 10 e 13 de dezembro de 2025, vem a público manifestar seu profundo repúdio à anunciada contratação do apresentador José Luiz Datena para atuar na Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Entendemos que a trajetória profissional de Datena, marcada por práticas de desrespeito aos direitos humanos, proselitismo político e infrações à legislação de radiodifusão, é incompatível com os princípios e objetivos da comunicação pública, definidos em lei.

Tais práticas, como exposição indevida de pessoas, desrespeito à presunção de inocência, incitação ao crime e à violência, e promoção de discursos de

ódio, foram amplamente documentadas e contrariam a missão da EBC de promover a cultura nacional, o respeito à diversidade e os valores éticos.

Consideramos que essa contratação evidencia a falta de um projeto consistente para a EBC, evidenciando um desmonte iniciado em 2016, com a extinção do Conselho Curador e a perda de autonomia dos veículos públicos.

O Congresso Nacional dos Jornalistas reafirma a importância da EBC como instrumento de informação pública, plural e independente, e exige o fortalecimento de sua autonomia e a observância estrita de sua legislação, em defesa de uma comunicação pública que sirva verdadeiramente aos interesses da sociedade brasileira.

Brasília, 12 de dezembro de 2025.

## **2. Moção em Defesa de Concurso Público para a EBC**

O 40º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), reunido em Brasília, entre 10 e 13 de dezembro de 2025, vem a público manifestar a defesa pela realização de concurso público para recompor a força de trabalho da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Desde 2016, a EBC, principal empresa pública de comunicação brasileira, e que reúne algumas das emissoras públicas mais relevantes do país, como a Rádio Nacional, TV Brasil e Agência Brasil, perdeu cerca de 30% do quadro efetivo de trabalhadoras e trabalhadores. A consequência disso é uma série de problemas, que envolvem sobrecarga de trabalho, precarização das condições de trabalho, e redução nas produções e serviços prestados pela empresa e por seus veículos. Para discutir a recomposição de seu quadro, a

EBC criou um grupo de trabalho para realizar um novo concurso, porém o GT está parado há mais de um ano.

Desde 2023, quase todo o funcionalismo público federal teve concursos, enquanto a EBC ficou estagnada depois do processo de aparelhamento e destruição promovido nos governos Temer e Bolsonaro. Diversos setores têm sofrido com falta de pessoal, o que coloca a EBC em uma situação muito frágil para os próximos anos. Os sindicatos dos Jornalistas e Radialistas do Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo iniciaram campanha para pressionar a direção da EBC a tirar o concurso do papel o mais breve possível. Nos somamos a esses esforços, exigindo um novo concurso público na empresa.

Não há comunicação pública sem empregados e empregadas públicas!  
Concurso na EBC já!

Brasília, 12 de dezembro de 2025.

### **3. MOÇÃO DE REPÚDIO**

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas (SINJOR/AM), entidade representativa da categoria e defensora intransigente da liberdade de imprensa e do direito constitucional à informação, vem a público manifestar seu veemente REPÚDIO ao grave atraso no andamento do Mandado de Segurança impetrado por este Sindicato em face da Portaria nº 010/2025, expedida pelo Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Amazonas, Sr. Bruno Fraga, publicada em 23 de junho de 2025.

A referida Portaria proíbe delegados plantonistas e titulares de conceder entrevistas à imprensa sem autorização prévia da chefia da instituição, constituindo flagrante restrição à livre atuação jornalística, à transparência pública e ao direito social de acesso à informação.

O Mandado de Segurança, impetrado para resguardar esses direitos fundamentais, encontra-se concluso para despacho inicial desde 28 de julho

de 2025, sob apreciação da Exma. Sra. Dra. Onilza Abreu Gerth, sem que tenha havido qualquer manifestação judicial até a presente data.

Considerando que:

1. A liberdade de imprensa, a livre comunicação e o direito à informação são garantias constitucionais essenciais à democracia, previstas no art. 5º, IX e XIV, e no art. 220 da Constituição Federal;
2. A Portaria nº 010/2025 constitui ato administrativo restritivo, censório e desproporcional, que impede o fluxo de informações de interesse público, especialmente no âmbito da segurança pública;
3. O Mandado de Segurança é ação de natureza urgente, cujo exame inicial deve ocorrer com celeridade, sob pena de esvaziamento de seu propósito;
4. A permanência do processo por período superior ao razoável sem despacho inicial viola o princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal;
5. A morosidade judicial neste caso mantém em vigor uma norma que afeta diretamente o trabalho dos jornalistas, prejudica a sociedade e compromete a transparência institucional;

O SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DO AMAZONAS (SINJOR/AM) manifesta seu firme e absoluto REPÚDIO:

- Ao teor censório e antidemocrático da Portaria nº 010/2025;
- À demora injustificada na apreciação do Mandado de Segurança impetrado para proteger direitos constitucionais;
- E o prejuízo que tal morosidade acarreta à liberdade de imprensa e ao acesso público à informação.

Diante disso, o SINJOR/AM exige a devida tutela constitucional e o regular andamento processual, garantindo-se a imediata manifestação judicial e o

restabelecimento pleno da transparência e da comunicação entre as instituições públicas e a sociedade.

Determina-se o envio desta Moção:

- Ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;
- Ao gabinete da Exma. Sra. Dra. Onilza Abreu Gerth;
- À Chefia da Polícia Civil do Estado do Amazonas;
- À Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Amazonas;
- À Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ);
- Aos meios de comunicação.

Manaus/AM, 10 de dezembro de 2025.

#### **4. Moção sobre a situação do Sindicato dos Jornalistas do Estado do RJ**

Manifestamos repúdio à situação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro.

Desde 2021 não há prestação de contas aos sindicalizados, ferindo a transparência e o controle democrático da entidade. A atual direção também deixa de convocar assembleias da Campanha Salarial, abandonando a categoria à própria sorte.

Os jornalistas de jornais e revistas estão sem Convenção Coletiva desde 2019, acumulando perdas, precarização e insegurança jurídica. Sem eleições e sem diálogo com a base, a diretoria se mantém no comando do Sindicato de forma ilegítima.

Diante desse cenário, exigimos imediata prestação de contas, convocação de eleições, retomada das negociações coletivas e a reconstrução democrática do Sindicato.

## **5. NOTA DE REPÚDIO CONTRA O PDL DA PEDOFILIA**

Os delegados presentes no 40º Congresso das e dos Jornalistas do Brasil, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, reunidos em Brasília – DF no período de 10 a 13 de dezembro de 2025, repudiam com veemência o PDL da Pedofilia que visa sustar a resolução 258 do Conanda.

A Fenaj é integrante da titularidade do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda desde fevereiro deste ano e, nesse sentido, solicita apoio de toda a classe para repudiar tal aprovação.

Criança não é mãe e nem esposa. Estuprador não é Pai!

## **6. Por maior rigor na concessão do registro profissional a jornalistas não diplomados**

O 40º Congresso Nacional dos Jornalistas, reunido em Brasília entre 10 e 13 de dezembro de 2025, manifesta seu apoio firme e integral às medidas que visem recuperar o rigor na concessão do registro profissional de jornalista pelo Ministério do Trabalho e Emprego a não diplomados e delibera por encaminhar uma carta ao ministro Luiz Marinho demandando ações nacionais e unificadas nesta direção.

Desde 2009, cerca de 55 mil registros foram concedidos a pessoas não diplomadas, sem critérios mínimos de formação ou comprovação de prática. Esse cenário gera precarização, enfraquece o jornalismo profissional e coloca em risco a qualidade da informação em um país já vulnerável à desinformação e às fake news.

O Congresso reafirma apoio incondicional à PEC do Diploma, que restabelece a exigência de formação específica, e solicita ao Ministério que adote providências urgentes para restringir, qualificar e uniformizar a

concessão dos registros, além de garantir o funcionamento efetivo do Grupo de Trabalho criado em 2024.

Os jornalistas brasileiros defendem que o registro profissional seja concedido com criteriedade, responsabilidade e respeito ao interesse público, assegurando que a atividade jornalística permaneça ancorada em técnica, ética e compromisso democrático.

Brasília, dezembro de 2025.

## **7. Contra o machismo do sargento Fahur contra deputada Camila Jara**

Os delegados do 40º Congresso dos Jornalistas, realizado entre os dias 10 a 13 de dezembro de 2025, em Brasília, repudiam com veemência a atitude machista, misógina e violenta praticada pelo deputado federal Sargento Fahur (PSD/PR) contra a deputada federal Camila Jara (PT-MS). A agressão aconteceu durante a sessão de votação para a cassação do deputado federal Glauber Braga (PSOL), quando a parlamentar contestou a atitude violenta da Polícia Legislativa, autorizada pela direção da casa. Fahur mandou Camila "caçar marido", expressão histórica do machismo estrutural.

O comportamento autoritário foi extensivo aos jornalistas, enxotados para fora do Plenário e pela suspensão das transmissões do sinal da TV Câmara. O preconceito contra as mulheres, manifestado pelo parlamentar paranaense, e a censura contra a imprensa são criminosos e incompatíveis com a democracia. Não ao retrocesso autoritário na Câmara dos Deputados e sim pelo respeito às diferenças e pluralidades de pensamento.

## **8. NOTA DE REPÚDIO CONTRA O MARCO TEMPORAL**

Os delegados presentes no 40º Congresso das e dos Jornalistas do Brasil, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, reunidos em

Brasília – DF no período de 10 a 13 de dezembro de 2025, repudiam com veemência a decisão da maioria do Senado que aprovou a proposta de emenda constitucional que impõe limite à reivindicação de terras pelos povos indígenas, o chamado marco temporal.

A PEC 48/2023, apresentada pelo senador Dr. Hiran Gonçalves (PP-RR), ratifica os termos do marco temporal, tema da Lei 14.701, de 2023, e significa um retrocesso aos direitos dos povos originários.

Nós, jornalistas brasileiros, repudiamos essa tentativa e afirmamos o direito à terra, a defesa das mulheres e meninas indígenas, a defesa da floresta, dos rios e da vida e repudiamos todo e qualquer retrocesso à pauta dos povos indígenas, inclusive as tentativas absurdas de exploração de petróleo na Amazônia, especialmente na Foz do Rio Amazonas.

Demarcação Já!!!

## **9. MOÇÃO DE APOIO AO ATO NACIONAL**

O Congresso Nacional dos Jornalistas manifesta apoio ao ato nacional convocado para 18 de dezembro de 2025 e orienta os sindicatos, delegações e a categoria a apoiarem e engajarem-se na mobilização em suas bases. Vamos à luta contra o projeto de lei que avança no Congresso inimigo o povo.

Sem Anistia para Golpista! Todos às ruas!

## **10. MIGRAR É UM DIREITO! NÃO É UM DELITO!**

O 40º Congresso Nacional dos Jornalistas manifesta o repúdio à política do governo Donald Trump dos EUA de perseguição, violência e sequestro de trabalhadores imigrantes nos eua e em todas as demais nações.

Afirmamos nosso apoio aos movimentos de migrantes, sindicatos, partidos e organizações que se manifestam pelo direito à migração e pela soberania das nações.

18 de dezembro de 2025

**11. Apoio aos estudantes rearticulem o movimento estudantil de área**

O 40º Congresso Nacional dos Jornalistas saúda os estudantes participantes do evento e manifesta apoio da FENAJ e dos nossos sindicatos à rearticulação do movimento nacional de estudantes de comunicação, na luta pela PEC do Diploma, pela defesa do jornalismo profissional e dos direitos humanos, e da promoção da aproximação entre centros acadêmicos e os respectivos sindicatos para realização de encontros e debates para trocas de conhecimento com objetivo de integração entre os estudantes.

**12. MOÇÃO DE APOIO À CAMPANHA INTERNET LEGAL**

Moção de apoio à campanha Internet Legal, lançada em março de 2025 após uma jornada de mobilização em torno de uma agenda de construção para uma regulação das plataformas digitais.

Vamos apoiar às 74 entidades associadas, entre elas FNDC, CUT, Intervozes, Diracom e Instituto Alana, entre outras. O objetivo é fortalecer o debate público em torno da agenda de regulação das plataformas digitais, dos impactos socioambientais das novas infraestruturas digitais e apoiar o desenvolvimento de tecnologias alternativas.

### **13. MOÇÃO DE APOIO À TVE E À RÁDIO FM CULTURA, EMISSORAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL**

O 40º Congresso Nacional de Jornalistas, reunido em Brasília, entre os dias 10 e 14 de dezembro de 2025, manifesta seu firme apoio à TVE e à Rádio FM Cultura, emissoras públicas do Rio Grande do Sul que, nos últimos anos, vêm enfrentando um profundo processo de desmonte institucional, técnico e humano.

Desde a extinção da Fundação Piratini, em 2016, pelo governo Sartori, as duas emissoras têm sido submetidas a um sucateamento contínuo. O quadro funcional, que já contou com cerca de 250 trabalhadores, hoje se reduz a apenas 114 jornalistas e radialistas, número absolutamente insuficiente para manter o caráter público e a diversidade de produção que historicamente caracterizaram a TVE e a FM Cultura. Mesmo assim, nenhuma reposição de pessoal foi realizada pelo Governo do Estado.

A precarização atinge todos os setores: faltam operadores de áudio, iluminadores, editores, apresentadores, repórteres, produtores e técnicos essenciais para garantir a qualidade e a continuidade das atividades. Os equipamentos estão defasados, com softwares sem licença, internet instável, transmissoras reduzidas e infraestrutura crítica ultrapassada.

Do ponto de vista editorial e de gestão, a situação é igualmente grave. Transformadas em um departamento da SECOM (Secretaria de Comunicação do Governo do Estado), as emissoras perderam autonomia, pluralidade e independência. Hoje, funcionam submetidas a controles permanentes de informação, com redução significativa da cobertura jornalística e ênfase em pautas alinhadas ao interesse do governo, contrariando a missão de comunicação pública, democrática e de interesse social.

Jornalistas e radialistas também sofrem com a supressão de direitos, o esvaziamento do Plano de Cargos e Salários, a não aplicação de acordos coletivos firmados por seus sindicatos, a perda de benefícios e um arrocho salarial cruel e ininterrupto desde 2016, sem qualquer reposição inflacionária.

Essa situação cria um ambiente funcional contraditório e insustentável, com profissionais celetistas submetidos às regras da administração direta e equiparados, na prática, a estatutários, porém sem seus direitos.

O acordo judicial que hoje impede demissões está em fase final de tramitação no Tribunal Superior do Trabalho (TST), o que coloca trabalhadores e emissoras em situação de extrema vulnerabilidade. Nesse contexto, o Projeto de Lei apresentado pelo deputado Miguel Rossetto, propondo alterar a Lei nº 14.982/2017 para substituir a obrigatoriedade de demissões pela mera possibilidade, representa uma alternativa concreta para evitar a extinção dos postos de trabalho e, sobretudo, para preservar a comunicação pública no Rio Grande do Sul. Contudo, para ser aprovado, depende do compromisso e do apoio da bancada governista na Assembleia Legislativa.

Apesar de todas as dificuldades, a TVE e a FM Cultura seguem cumprindo sua missão social, sendo as emissoras que mais exibem produção local no estado. A TVE mantém semanalmente mais de 14 horas de conteúdo próprio e outras 4h30min em parceria com instituições públicas, enquanto a FM Cultura dedica mais da metade de sua programação aos artistas gaúchos, incluindo 26 programas especializados em diferentes gêneros musicais.

Diante de tudo isso, este Congresso:

**MANIFESTA APOIO IRRESTRITO** à TVE e à Rádio FM Cultura, patrimônios culturais e democráticos do povo gaúcho.

**EXIGE** do Governo do Estado do Rio Grande do Sul a recomposição das equipes, condições adequadas de trabalho, autonomia editorial e investimentos imediatos na reestruturação técnica das emissoras.

**APOIA** a aprovação do Projeto de Lei que corrige a legislação que obriga a demissão dos trabalhadores remanescentes da extinta Fundação Piratini, garantindo segurança jurídica e continuidade dos serviços públicos de comunicação.

**REAFIRMA** que comunicação pública forte, plural, laica e de interesse social é indispensável para a democracia, para a diversidade cultural e para o desenvolvimento regional.

Por fim, o 40º Congresso Nacional de Jornalistas conclama parlamentares, entidades da sociedade civil, artistas, universidades, sindicatos e a população gaúcha a somarem esforços em defesa da TVE e da FM Cultura, para que essas emissoras sigam refletindo, valorizando e fortalecendo a identidade, a cultura e a cidadania do Rio Grande do Sul.

Brasília, 13 de dezembro de 2025

#### **14. MOÇÃO DE REPÚDIO À RESOLUÇÃO NORMATIVA DO CONFERP QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS**

Os jornalistas reunidos no 40º Congresso Nacional da FENAJ aprovam moção de repúdio à Resolução Normativa do Conferp Nº 132, de 27/10/2025, que "Dispõe sobre o registro no Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas para egressos de cursos superiores conexos ao bacharelado em Relações Públicas, oriundos da formação acadêmica em nível de bacharelado e tecnológico".

A aplicação da resolução determina que os jornalistas e as empresas de assessoria de comunicação se filiem ao Conferp, paguem anuidade para o exercício profissional, bem como se submetam ao Código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas.

Considerando que o Jornalismo é uma profissão regulamentada pelo Decreto-Lei Nº 972/1969, atualizado pelo Decreto 83.284, de 13 de março de 1979, e que os profissionais são representados por sindicatos e pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), os jornalistas denunciam a resolução do Conferp como uma intervenção em nosso exercício profissional e não aceitam esta decisão por considerá-la autoritária e arbitrária.

Os jornalistas lembram que no passado o Conselho Regional de Relações Públicas de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul multou agências de comunicação e passou a exigir o registro dessas empresas no referido Conselho e a contratação de profissionais de Relações Públicas.

Os ataques aos jornalistas em assessoria de imprensa foram tão fortes que a Fenaj aprovou, em 2018, e colocou na rua, com o apoio dos sindicatos de jornalistas de todo o país, a campanha: "Assessor de Imprensa é Jornalista!".

## **15. MOÇÃO SOBRE SEGURANÇA E PROTEÇÃO DOS JORNALISTAS**

Diante dos riscos que envolvem a cobertura jornalística em áreas de conflito em nosso país, os jornalistas reunidos no 40º Congresso Nacional da FENAJ aprovam a presente moção com o objetivo de cobrar das empresas jornalísticas iniciativas que propiciem maior segurança e proteção aos jornalistas em seu exercício profissional.

A presença dos jornalistas nessas áreas é crucial para a apuração de informações precisas e confiáveis, mas isto expõe os profissionais a sérios riscos.

Portanto, é dever da empresa jornalística fornecer treinamento especializado, equipamentos de proteção adequados e planejamento cuidadoso para a proteção dos jornalistas contra ameaças físicas e digitais.

Também é dever da empresa garantir o direito de recusa dos jornalistas em cobrir situações de risco. Esse direito é um mecanismo de proteção à integridade física e psicológica do trabalhador, garantido pela legislação trabalhista, permitindo que ele se afaste de condições de trabalho que possam colocá-lo em perigo.

As empresas devem ainda assegurar condições de trabalho justas e adequadas e, em casos de ferimento ou morte, a devida assistência e

responsabilização. Também deve haver apoio psicológico para lidar com traumas e estresse.

Em conjunto com as entidades representativas da categoria, as empresas têm o dever de pressionar por investigações e responsabilização nos casos de crimes contra jornalistas, que muitas vezes ficam impunes.

Por fim, a proteção dos jornalistas é uma responsabilidade legal e ética das empresas jornalísticas, que não podem se furtar a essa obrigação.

### **Carta de Brasília**

#### **40º Congresso Nacional dos Jornalistas**

*O 40º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Brasília sob o tema "Os Desafios do Jornalismo: de Gutenberg à Inteligência Artificial", conclui seus trabalhos reafirmando com nitidez, firmeza e determinação o papel insubstituível dos Sindicatos de Jornalistas e da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) como pilares centrais na defesa intransigente da categoria, do jornalismo e da própria democracia.*

*Na véspera do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas, em Brasília, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, tirou do ar a TV Câmara e determinou a expulsão truculenta de todos os jornalistas do Plenário da Casa, numa violenta ação da Polícia Legislativa para bloquear o trabalho de cobertura dos fatos. Longe de ter sido um caso isolado, esse episódio demonstra, mais uma vez, que a maior parte deste Parlamento é inimiga dos e das jornalistas e do conjunto do povo brasileiro. Reafirmamos nosso repúdio ao deputado Hugo Motta e sua atitude autoritária contra os e as jornalistas. Declaramos que estaremos juntos com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal para responsabilizar todas as arbitrariedades e ilegalidades cometidas contra o exercício profissional.*

#### **Nossos desafios**

*Debatemos os rumos da nossa profissão em um cenário de profundas transformações sociais e tecnológicas e crescentes ameaças. A mensagem principal que ecoa deste Congresso de Jornalistas é de que a união e a organização sindical são a nossa força inegociável para a valorização do trabalho, a defesa incondicional da liberdade de imprensa e a ampliação dos nossos direitos.*

### ***Luta por direitos e dignidade***

*Nosso compromisso se mantém firme na linha de frente de batalhas essenciais para a dignidade profissional:*

- ***Pela PEC do Diploma:*** *é uma prioridade a luta pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que restabelece a exigência do diploma de nível superior em Jornalismo para o exercício da profissão de jornalista em suas diversas funções, seja como repórter, editor, produtor, repórter cinematográfico, fotojornalista, diagramador, ilustrador, assessor de imprensa, assessor de comunicação e afins. É a defesa da qualidade, da ética e da responsabilidade social do jornalismo contra o amadorismo e a precarização.*

- ***Contra a fraude trabalhista da pejetização:*** *combatemos veementemente a "Pejetização" imposta pelos patrões do trabalho jornalístico, uma manobra patronal que visa mascarar relações de emprego legítimas e subtrair direitos conquistados com décadas de luta. Seguiremos na defesa intransigente do vínculo de emprego com carteira assinada (CLT) e da proteção social que ela garante, exigindo o cumprimento da legislação e a punição dos fraudadores. Acolhemos e defendemos integralmente todos(as) os(as) direitos dos jornalistas pejetizados. Neste contexto, destacamos ser fundamental o **engajamento das entidades sindicais de jornalistas na campanha salarial unificada de 2026, que tem como mote: "A notícia vale. Quem produz, também – chega de precarização no jornalismo"**.*

- ***Pela reconquista dos direitos:*** *nos posicionamos firmemente pela reversão dos retrocessos impostos pelas reformas trabalhista, da previdência e pela lei de terceirizações, que atingiram duramente a classe trabalhadora, incluindo os jornalistas, impondo prejuízos e precarizações. A retomada de*

*direitos retirados deve se dar por meio da valorização das Convenções e Acordos Coletivos e na luta geral pela revogação das contrarreformas e pela melhoria das condições de trabalho.*

- ***Pela presença de jornalistas nos quadros de assessoria de comunicação e assessoria de imprensa do poder público, bem como na função de Secretários de Comunicação nos municípios e estados, garantindo que as informações sejam de qualidade, acessíveis a todos, fortalecendo a democracia e a participação cidadã.***

- ***Pela reconstrução efetiva da Comunicação Pública, assegurando que a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) tenha condições de exercer sua missão legal de promover informação pública, plural, diversa e independente, por meio do fortalecimento de sua autonomia, sem ingerências políticas indevidas e com respeito à participação social no acompanhamento das programações, observância estrita dos princípios editoriais, garantia de orçamento adequado e estável e recomposição de sua força de trabalho por meio de concurso público. A mesma luta deve se estender para as emissoras públicas educativas em vários Estados.***

### ***O jornalismo na Era da Inteligência Artificial***

*A chegada e o desenvolvimento acelerado das chamadas Inteligências Artificiais (IAs) estiveram no centro dos debates. Reconhecemos que o potencial tecnológico não é algo neutro. Seu impacto social está ligado aos interesses bilionários das Big Techs. O Congresso da nossa categoria alerta para os riscos do avanço das IAs no jornalismo. Não aceitamos a implantação das novas tecnologias para desvalorização profissional e precarização das condições de trabalho. IAs não são capazes de realizar o trabalho jornalístico efetivo: não possuem empatia, não contextualizam, não garantem o sigilo de fonte, não geram informações plenamente confiáveis e adequadamente apuradas, além de muitas outras questões-chave que estão na base da profissão. A implementação irrefletida dessas ferramentas pode trazer diversos prejuízos para o trabalho jornalístico e a informação de qualidade.*

O Congresso definiu estratégias claras para enfrentar esses impactos, defendendo a força, a criatividade e a essencialidade do trabalho humano dos jornalistas:

- A FENAJ e os sindicatos filiados atuarão na defesa de **que a IA seja uma ferramenta de apoio, e não de substituição**, do jornalista. Exigimos seu uso ético e baseado na garantia de direitos.
- As Big Techs tratam o Brasil como terra de ninguém. Lutamos por sua regulamentação sob as leis nacionais, pela remuneração digna do trabalho jornalístico do qual se apropriam e pela taxação do faturamento das plataformas, como meio de criar um Fundo de Fomento ao Jornalismo.
- Exigiremos **transparência no uso das IAs pelas empresas de comunicação**, incluindo a identificação clara de conteúdos gerados ou auxiliados por máquinas e um inventário das tecnologias usadas declarado de modo público.
- Lutaremos por **regulamentação que garanta os direitos autorais e de propriedade intelectual dos jornalistas**, impedindo que seu trabalho seja apropriado e utilizado para treinar as IAs sem a devida remuneração e consentimento.
- Defendemos a **inclusão do debate sobre IA nas negociações coletivas**, visando estabelecer cláusulas específicas que protejam o emprego e a qualificação profissional da categoria.

### **Chamado à Unidade**

Neste momento decisivo, o 40º Congresso Nacional dos Jornalistas chama todos e todas profissionais a se unirem e fortalecerem seus respectivos Sindicatos.

A luta é coletiva e a resistência desde a base. É na trincheira sindical que garantimos salários dignos, jornada de trabalho justa e um ambiente livre de assédio e violência, seja ela física ou virtual. Estamos juntos com as entidades às quais somos filiados, como a Federação Internacional dos

*Jornalistas (FIJ), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).*

*O 40º Congresso Nacional dos Jornalistas reafirma o compromisso da FENAJ e de seus sindicatos com o Jornalismo de qualidade, plural e comprometido com a democracia e com a verdade, essencial para o pleno exercício da cidadania em nosso país.*

*Junte-se ao seu sindicato de jornalistas!*

*Faça sua carteira de identificação de jornalista da FENAJ. Seja jornalista de carteirinha!*

*13 de dezembro de 2025*

*40º Congresso Nacional dos Jornalistas Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)*

***Mesa diretora do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas***

Presidente: Rafael Mesquita (CE)

Vice-Presidente: Riqueli Capitani (PR)

Secretária-Geral: Fernanda Gama (BA)

Secretários de Ata: Valério Paiva (SP)

Secretários de Ata: Antonio Paulo (AM)